



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DOS RECURSOS HUMANOS
SUBSECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO

DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos disponibilizados, que insurgem contra a publicação do Gabarito Oficial, conforme disposto no **EDITAL Nº 001/2010-SEARH-DETRAN/RN**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome
123012145	ADILENE MENEZES CÂMARA
123009902	ADRIANA PEREIRA DE LIMA
123005414	ALANA LARISSA PEREIRA BEZERRA
123002888	ALBA SANDYRA BEZERRA LOPES
123010746	ALCIDES TIAGO VARELA DA COSTA
123009537	ALCINEIDE MEDEIROS DOS SANTOS TEIXEIRA
123030679	ALFREDO JOSE DE ALCANTARA NETO
123002300	ALLINE PIERRE DOS SANTOS MEDEIROS
123025183	ALYSSON DA SILVA RODRIGUES
123012954	ANA BEATRIZ PACHECO DA FONSECA
123001545	ANA LÍVIA GAMA JARDIM DE SÁ
123001113	ANA RAQUEL MATIAS DANTAS
123014639	ANDERSON COSTA LIMA
123023771	ANDRÉ FELIPE BEZERRA DE MEDEIROS
123002183	ANDRÉ PEDROSA BEZERRA DE MACÊDO
123011016	ANDRÉ RABELO PEREIRA
123003113	ANNA LAURA JÁCOME SOARES DE MELO
123004664	ANTONIO AUGUSTO FERREIRA DE MACEDO
123014137	ANTONIO FERREIRA DANTAS JUNIOR
123035016	APARECIDA DA SILVA JÁCOME
123020962	ARTHUR DANTAS DA SILVA
123027322	ATANOAN DA SILVA NASCIMENTO
123004170	AUDYMARIO SILVA DE OLIVEIRA

123021677	BERNARDO FERNANDES DINIZ
123035744	BRENO EDUARDO DA COSTA
123021625	BRUNO GONDIM DA SILVA FERNANDES
123021401	CAMILLA DANIELLE SILVA DE LIMA
123034136	CARLOS ALEXANDRE PINHEIRO ROSA SILVA
123011542	CARLOS MAGNO FERREIRA DA SILVA
123014116	CAROLINE STEPHANIE CAMPOS ARIMATEIA
123013551	CASSIO LUIS SANTOS DA SILVA
123021356	CHRISTIANE MARIA DA CUNHA
123019734	CICERO FEBRÔNIO DE AZEVEDO
123000305	CID RODRIGO CAVALCANTI DE AZEVEDO
123017447	CLEILTON CLEMENTINO FONSECA
123026495	DANIEL CORTEZ MEDEIROS DE FARIAS
123018426	DANIEL RANIERO
123016543	DANIEL RODRIGO DA SILVA XAVIER
123020130	DAVI CAVALCANTE DANTAS
123013244	DAYANY RIBEIRO DE OLIVEIRA
123018895	DELZUITA MELO DOS SANTOS CASTRO
123020790	DENIS CARLOS SOARES DA SILVA
123006420	DEOCLECIO DE OLIVEIRA BARBOSA
123000653	DIEGO MOURA BENÍCIO
123030109	DIMITRIUS RODRIGUES DA SILVA
123033171	DIOGO ANDRADE MOTA PASCHOAL
123046743	DIOGO LEITE REBOUÇAS
123029363	DIOGO LUIZ DA SILVA MOREIRA
123037382	DYANNE BARBOSA DE AZEVEDO
123018329	EDUARDO ÍCARO BATISTA DA SILVA
123018869	EDUARDO LUIDY MARTINS DE MEDEIROS
123002822	EILTON ALVES DE MEDEIROS
123009967	ELAINE CANDEIA DA SILVA
123024902	EMANUELA DE OLIVEIRA ALVES
123027534	EMERSON SOUZA DE SENA
123048953	ERINALDO DE SOUZA MEDEIROS
123047017	EUDES ARAUJO DE ANDRADE
123011055	EUDSON ELISIÁRIO CALISTO
123009749	EVALDO SANTOS DE NOGUEIRA
123005857	EVANUEL DA SILVA MENDES
123050027	EVERTON BRUNO MELO DA SILVA
123001978	FABIANA MELO DE ARAÚJO
123049483	FABIANO FREIRE DA SILVA
123004118	FLÁVIA CRISTIANNE BRAGA E SOUSA
123003842	FLAVIANO COSTA LIMA
123042072	FRANCISCO FABIO ARAUJO MAIA
123025696	FRANCISCO LINDONJHONSON DA SILVA
123039352	FRANCISCO PORFÍRIO RIBEIRO NETO
123004783	GEALDO TAVARES NETO

123008712	GEORGE WANDERMONT A. DOS SANTOS
123010908	GILDAZIO DE OLIVEIRA VIDAL
123005349	GILDEILSON PEREIRA DA SILVA
123003965	GISLENE BERNARDINO DE FREITAS
123037663	GLAUCILENE DE VASCONCELOS SOARES CAMPOS
123012010	HEDER AZEVEDO DA ROCHA
123016576	HÉLDER SHAKIELLY DE MEDEIROS
123049753	HIGIA BETANIA PESSOA
123033044	HIGOR REBOUÇAS LÔPO
123027156	HOMERO RIBEIRO PESSOA NETO
123047386	HUGO MIGUEL PEDRO NUNES
123024869	IANARA CARLA DO NASCIMENTO
123026610	IGOR RICARDO DE ALMEIDA CAVALCANTI
123032607	IGOR SERGIO DIAS DE ALBUQUERQUE
123017455	IGOR WESCLEY SILVA DE FREITAS
123002581	ISABEL OLIVEIRA DE ALMEIDA
123017438	ISRAEL FERNANDES GUILHERME
123010561	IURI JANMICHEL DE SOUSA LIMA
123033005	IZABEL CRISTINA NEVES CÂMARA
123000512	JACOB COSTA DE OLIVEIRA
123032188	JAILTON BARBOSA ZUZA
123004082	JANAINA CARLA BORGES BRAZ DA SILVA
123028192	JANICE BEZERRA DA SILVA
123024847	JARIO GUSTAVO SOARES DE MEDEIROS
123016321	JAVAN GUERRA DA SILVA ROCHA JÚNIOR
123010480	JEFFERSON FERNANDES BRAGA
123043438	JEFFTER PLATINI DE OLIVEIRA MORAIS
123005633	JOÃO MARIA CLÁUDIO NERINO SOBRINHO
123015265	JOAO PAULO FERREIRA DOS SANTOS
123032737	JOAS DA CRUZ TAVARES
123051148	JOHN HERBETH AGUIAR COSTA
123012770	JORDANA MARTINS DE BRITO
123014185	JOSÉ ANDRÉ DE SOUSA LINHARES
123027688	JOSE ARAKEN CIRINO FILHO
123023100	JOSÉ HÉLIO ARAÚJO DANTAS
123024125	JOSENILTON MACIEL MAFRA
123011517	JOSIANE DA SILVA MELO
123024866	JOSIVANIA CUNHA DE MEDEIROS
123022757	JOYCICLEITON ANDRADE COSTA
123003547	JUCIEL JOSE DE AZEVEDO
123011067	JUDSON OSMAR GUILHERME DE OLIVEIRA
123032779	JUEDSON COSTA DE OLIVEIRA
123041303	KALIANE CHAVES JUVENCIO
123038619	KALINE PESSOA DOS SANTOS
123001119	KLEBER BASTOS DA SILVA
123016176	KLIBSON AMORIM FRANÇA

123004780	LANUZIA TERCIA FREIRE DE SÁ
123013357	LEANDRO DA COSTA BARBOSA
123000182	LIDIANA FERREIRA DE OLIVEIRA
123000817	LORENA DHYARLLEM SANTANA DOS SANTOS
123024377	LOURIVAL CARAU DA CUNHA JUNIOR
123025327	LUANA CAVALCANTE LEITE
123001770	LUÍS CELSO DANTAS SILVEIRA CRUZ
123020501	LUÍSE KATARINE MARTÍNS OLIVEIRA
123000032	LUIZ MARCELINO DE FIGUEIREDO
123025506	MADSON EUFLAUSINO DE LIMA
123027149	MAGNOLIA TEIXEIRA DA SILVA
123036347	MARALICE MAGALHÃES DE FREITAS
123003596	MARCIA KELLY MARINHO MORAIS
123017911	MÁRCIA MARIA SOLINO FREITAS DE SOUZA PESSOA
123024848	MÁRCIO APARECIDO DOS SANTOS
123019111	MARCOS LUCIO RIBEIRO
123006634	MARIA ANUNCIADA DE MOURA
123043547	MARIA CRISTINA DA COSTA
123023154	MARIA EMANELA FERREIRA NOGUEIRA
123002971	MARIA FERNANDA PORPINO FERNANDES
123021632	MARIANA NOGUEIRA PEREIRA DE AQUINO
123000200	MARÍLIA ALBUQUERQUE SILVA DE MEDEIROS
123007400	MARILLI FERNANDES DA COSTA
123003969	MAX ALEXANDRE DE SOUSA OLIVEIRA
123022097	MAYARA BEZERRA BARBOSA
123000726	MELIANE FERREIRA DOMINGOS
123030466	MELQUE FERNANDES DE FARIAS
123008852	MÉRCIA DA SILVA PEREIRA
123008122	MÉRCIA DA SILVA PEREIRA
123011840	MICHAEL KLEYTON MOURA
123015965	MIKARLA SOARES DUARTE
123015956	MIKARLA SOARES DUARTE
123002513	NAPOLEÃO VIEIRA SILVA FILHO
123016650	NAYANNE SILVA COSTA
123000700	NAYARA BATISTA FREIRE
123027271	NIKELLYO KENIO MAIA MONTEIRO
123000909	ODILENE CAVALCANTI DE OLIVEIRA
123020737	OSVALDO AMARAL CORDEIRO SEGUNDO
123018996	PATRICIA COSTA BANDEIRA
123001962	PATRICIO JÚNIOR DA SILVA
123009691	PATRICK CESAR ALVES TERREMATTE
123005636	PAULO CESAR TAVARES ALMEIDA
123044868	PAULO HENRIQUE AMANCIO AMORIM
123020701	POLIANNE BARBOSA DOS SANTOS
123013148	PRISCILA SANARA DA CUNHA
123011600	RAFAEL BESERRA NELSON

123002730	RAFAEL DE OLIVEIRA SOARES
123002055	RAIANE CAMPELO SOARES DE ARAUJO
123005740	RAILA TEIXEIRA MARINHO
123018746	RAIMUNDO NONATO BEZERRA NETO
123016211	RAPHAELL ALEXANDRE CAVALCANTE
123044727	RENILSON FÁBIO DO NASCIMENTO SILVA
123003606	ROBERTO KARIELLE ALVES PINHEIRO
123015876	RODOLFO MORAIS DA COSTA
123010587	ROGERIO FERNANDES SILVA
123030083	RONALDO LUIZ CÂMARA ARAÚJO
123014350	ROSE RAIANNY MACHADO DE SOUSA
123019126	ROSEMARRY MACHADO DE SOUSA SILVA
123016470	ROSIANA RAYANNE NASCIMENTO DA SILVA
123019414	RUTE OLIVEIRA CARDOSO
123014841	SAMID DANIELLE COSTA DE OLIVEIRA
123002009	SIMONE SANTANA FERRAZ
123042065	SOLANGE MARLENE THOMAZ
123004254	SOLANGE NEVES DOS SANTOS
123003232	TACIANO CAPISTRANO
123046408	TÁCIO TORRES DE MORAIS
123027016	TADEU PEIXOTO DE OLIVEIRA
123010091	TÁSSIA APARECIDA VIEIRA DE FREITAS
123000461	TATIANA DE LIMA CORREA
123027722	TATIANA MADEIRO SANTIAGO FALCÃO PAIVA
123022226	THAÍS PIRES TEIXEIRA
123000660	THALES ARAÚJO BRANDÃO
123006711	THARLES DIAS DA SILVA
123043999	THAYSE DUARTE DE ARAÚJO
123026774	THIAGO GUIMARÃES MEIRA
123022075	THIAGO MENEZES DE FARIAS
123005937	THIAGO SOARES MENDONÇA
123008990	TIAGO BATISTA NUNES
123025919	TIAGO DA COSTA ROCHA
123006611	WAGNER LOPES DE SOUZA
123000594	WAGNER MAIA BEZERRA
123002083	WALDERY QUEIROZ XAVIER SEGUNDO CIRNE
123023738	WALISNEY WALFREDO DE SOUSA MELO
123016891	WILDEMBERG REBOUÇAS DA CUNHA
123008630	WILSON GALVÃO DE FREITAS TEIXEIRA
123014886	WILTON WAYNE ALBUQUERQUE DE PAIVA
123000803	WYANNÉ BEZERRA DE OLIVEIRA
123001625	WYLKER SILVEIRA BARROS

II DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões que foram anuladas ou tiveram a alternativa de resposta alterada, coincidentes provas de mais de um cargo, também sofreram alteração, mesmo não sendo objeto de recurso nos referidos cargos. Esta atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do presente processo seletivo quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos.

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - ADMINISTRATIVA

Questão 14 BRANCA – 17 VERDE – 17 AMARELA – Recurso Improcedente

A partir da aplicação da fórmula à célula E6, o resultado é valor inteiro 2 e não 2,666, como reivindica o presente argumento do recurso.

Questão 17 BRANCA – 14 VERDE – 14 AMARELA – Recurso Improcedente

A referida questão é prática e tem apenas a opção (letra C), para fechar a página atual, seja ela a única aberta ou a aba em primeiro plano.

Questão 18 BRANCA – 13 VERDE – 15 AMARELA – Recurso Procedente - ANULADA

Por padrão o WINDOWS EXPLORER não apresenta as opções de ordenação por Aplicativo, Data de criação e Autor, a referida questão deve ser anulada.

Questão 19 BRANCA – 42 VERDE – 32 AMARELA – Recurso Improcedente

Concorrência é o modelo de licitação em que, na fase inicial de habilitação, os interessados comprovam possuir os requisitos mínimos de qualificação; convite é a modalidade de licitação entre os interessados do ramo pertinente ao objeto da licitação, cadastrados ou não; tomada de preços é a modalidade entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderam a todas as condições exigidas; pregão é a modalidade de aquisição de bens e serviços comuns; e concurso é a modalidade entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico. Confirma-se a resposta original, letra B.

Fonte: GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2009, p. 298.

Questão 20 BRANCA – 41 VERDE – 33 AMARELA – Recurso Improcedente

Como pode ser visto em Araújo (2001), as opções A, B, D e E correspondem a objetivos da análise de processos. Por sua vez, a opção “C” faz menção a um objetivo da análise e desenho de formulários. Confirma-se a resposta original, letra C.

Fonte: ARAUJO, L. Organização, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2001. pp. 65 e 97.

Questão 23 BRANCA – 38 VERDE – 36 AMARELA – Recurso Improcedente

Segundo Chiavenato (2000), a opção “A” apresenta um exemplo da função de direção de um administrador. As demais apresentam exemplos de controle (opção B), planejamento (C) e organização (opções D e E).

Fonte: CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 125.

Questão 24 BRANCA – 37 VERDE – 37 AMARELA – Recurso Improcedente

Segundo Chiavenato (2000), o ciclo motivacional ocorre da seguinte maneira: o organismo humano permanece em estado de equilíbrio psicológico (Equilíbrio), até que um estímulo o rompa (Incentivo) e crie uma Necessidade. Essa necessidade, então, provoca uma Tensão. Finalmente, essa tensão conduz a um comportamento. Nesse sentido, somente a alternativa “B” apresenta corretamente o ciclo motivacional e, por isso, a resposta correta.

Fonte: CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 85.

Questão 25 BRANCA – 36 VERDE – 38 AMARELA – Recurso Improcedente

Segundo Maslow, as necessidades de estima estão relacionadas pela qual o indivíduo se vê e se avalia, sendo a confiança perante o mundo um exemplo dessa espécie de necessidade. Já as necessidades sociais dizem respeito à associação, à participação, à aceitação por parte dos colegas e o afeto. Nesse caso, o gerente amigável é um exemplo de necessidade social.

Fonte: CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 254.

Questão 26 BRANCA – 35 VERDE – 39 AMARELA – Recurso Improcedente

Diagrama de Pareto serve para descobrir ou apresentar a importância relativa de dados ou variáveis. Gráfico de controle é usado para monitorar o desempenho de um processo de saídas constantes. Gráfico de Ishikawa é uma representação gráfica de relacionamentos entre um defeito e sua causa potencial. Folha de verificação é uma lista de itens a serem conferidos. A única opção que corresponde ao enunciado da questão é o Histograma. Logo, a resposta correta é a letra “C”.

ARAÚJO, L. Organização, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional. São Paulo: Ed. Atlas, 2001. p. 215-221.

Questão 27 BRANCA – 34 VERDE – 40 AMARELA – Recurso Improcedente

A alternativa I está errada em virtude de o aspecto mencionado ser uma questão de hierarquia vertical em uma estrutura organizacional. Por sua vez, a alternativa III também é incorreta, uma vez que o projeto de sistemas para assegurar comunicação e integração de esforços é uma questão de interação. Somente a alternativa II está correta. Logo, o gabarito da questão é a opção B.

Fonte: DAFT, R. Organizações: teoria e projetos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, pp. 79.

Questão 28 BRANCA – 33 VERDE – 41 AMARELA – Recurso Improcedente

Dentre as três alternativas, as I e III estão absolutamente corretas. A II está errada uma vez que, no estilo democrático, os debates e decisões são assistidos e estimulados pelo líder. A mínima participação do líder aludida na alternativa diz respeito ao estilo liberal.

Fonte: CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 91-92.

Questão 29 BRANCA – 32 VERDE – 42 AMARELA – Recurso Improcedente

Não há ambiguidade na questão. Há o mercado de trabalho em procura e em oferta. No caso desta pergunta, apenas a alternativa D é uma característica de mercado de trabalho em procura (oferta de trabalho menor do que sua demanda). As demais são características do mercado de trabalho em oferta (oferta maior do que demanda).

Fonte: CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Questão 30 BRANCA – 31 VERDE – 19 AMARELA – Recurso Improcedente

Segundo a Teoria dos dois fatores de Herzberg, o trabalho em si é um fator satisficente do conteúdo do cargo. Todas as demais alternativas apontam para fatores higiênicos (insatisficentes) do cargo. Assim, a alternativa B é a resposta.

Fonte: CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp 256-257.

Questão 35 BRANCA – 26 VERDE – 24 AMARELA – Recurso Improcedente

O recurso não procede, pois segundo o ilustre Francisco Glauber Lima Mota, que trata desse assunto em sua obra bibliográfica Contabilidade Pública. Editora FDK. 2005. “Os restos a pagar, apesar de representarem a despesa empenhada no ano e não paga, não são identificados no Balanço Orçamentário. Somente são destacados no Balanço Patrimonial, dentro do passivo financeiro, fazendo parte dos ingressos extra-orçamentários. Logo, a resposta continua sendo a letra D para todas as provas.

Questão 37 BRANCA – 24 VERDE – 26 AMARELA – Recurso Procedente – Alterar “B”

A resposta oficial do gabarito é a letra B para todas as provas. Houve um erro de divulgação no gabarito para a PROVA AMARELA. Logo, o gabarito da prova Amarela deverá ser **ALTERADO** para a letra B.

Questão 42 BRANCA – 19 VERDE – 31 AMARELA – Recurso Improcedente

O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias sendo requisito básico para elaboração do Orçamento Público. Levando em consideração sua argumentação sobre a elaboração da alternativa E, ainda assim, não suplanta o óbvio da alternativa D que evidencia a exceção do anexo de metas fiscais, segundo o ilustre autor Valmor Slomski, na sua obra Manual de Contabilidade Pública – Um Enfoque na Contabilidade Municipal. 2ª Ed. Editora Atlas. Logo, a alternativa correta permanece a letra D para todas as provas. O recurso não procede.

Questão 43 BRANCA – 54 VERDE – 49 AMARELA – Recurso Improcedente

*"A tutela constitucional da intimidade, da honra e da imagem parece justificar, mais do que nunca, a recusa do suspeito ou acusado de submeter-se a exames de partes íntimas, bem como a provas degradantes, como o 'bafômetro', até porque **ninguém pode ser obrigado a fazer prova contra si mesmo.**"* (GRINOVER, Ada Pellegrini, et al. As nulidades no Processo Penal. 8. ed. São Paulo: Editora RT, 2004, p. 158). *"No Brasil, as intervenções corporais previstas em lei são pouquíssimas, e, não bastasse, sequer vêm sendo admitidas pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sempre fundamentada no princípio constitucional da não auto-incriminação. Nesse sentido, por exemplo, a Suprema Corte reconheceu o direito de um acusado a não fornecer padrões gráficos para exame pericial, ao entendimento de que não era o réu obrigado a fazer prova contra si. Igual ponto de vista poderia ser aplicado também ao conhecido bafômetro, que vem ser o teste de alcoolemia, para fins de comprovação da quantidade alcoólica ingerida pela pessoa. Aliás, parece-nos que o bafômetro deve ser criticado muito mais por questões técnicas, no plano da qualidade e da idoneidade de sua eficácia probatória, do que por suposta violação do direito ao silêncio."* (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli, Curso de Processo Penal, 5ª ed. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2005, p.330). Portanto, o argumento a ser utilizado é o da não auto-incriminação.

Questão 45 BRANCA – 52 VERDE – 51 AMARELA – Recurso Improcedente

Para esta questão deve-se ter conhecimento da legislação de maneira a interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A questão exige isso e exige também que se conheça o tipo penal previsto no artigo 303 da referida lei e saiba diferenciá-lo de tipos penais análogos, mesmo que previstos em outros estatutos legais.

Questão 48 BRANCA – 50 VERDE – 54 AMARELA – Recurso Improcedente

A alternativa “C” está de acordo com §1º, do art. 291 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Todas as outras estão em desacordo com a referida norma.

Questão 52 BRANCA – 43 VERDE – 46 AMARELA – Recurso Improcedente

As afirmativas I e II estão de acordo com os artigos 77 e 77-B da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), enquanto a alternativa III não está de acordo com o art. 74, §2º da referida lei. Não há dúvida de que os artigos pertencem ao Código de Trânsito, de maneira que o conteúdo da questão está abrangido pelo edital.

Questão 53 BRANCA – 45 VERDE – 47 AMARELA – Recurso Improcedente

O artigo 87 do Código de Trânsito Brasileiro traz a classificação dos sinais de trânsito, mas não indica os sinais iluminados, e sim os luminosos.

Questão 54 BRANCA – 44 VERDE – 48 AMARELA – Recurso Improcedente

Conhecer a legislação é saber interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A resposta correta não prescinde desse conhecimento, bem como o de que, nos moldes do art 309 da referida lei, especialmente saiba que o condutor só será responsabilizado pelo referido tipo se gerar perigo de dano. Conduzir o veículo normalmente, obedecendo às outras regras de trânsito, mesmo sem habilitação, é fato atípico. Só há crime se for gerado perigo de dano. Como explica NUCCI “o referido art. 32 (“Dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas”) está derogado pelo art. 309 da Lei 9.503/97. Remanesce a figura relativas às embarcações. Quanto à falta de habilitação para dirigir veículo automotor, aplica-se somente o disposto no art. 309. É o teor da Súmula 720 do Supremo Tribunal Federal: “O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres”.’ (NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 853-854). Sobre a infração do art. 162, não há dúvida sobre a sua incidência, já que na hipótese ventilada na questão o agente conduzia veículo sem possuir a Carteira Nacional de Habilitação.

Questão 56 BRANCA – 59 VERDE – 59 AMARELA – Recurso Improcedente

A Revolução de Veludo ocorrida na extinta Tchecoslováquia foi um movimento pacífico, já que uma revolução não acontece apenas com um acontecimento, mas por um processo amplo de ações, acontecimentos geradores de transformações. O termo “veludo” foi empregado ao movimento devido a seu caráter suave, leve, como o próprio tecido, em se tratando de transformações tão bruscas e determinantes como a queda do regime comunista e a divisão do país pelas duas principais etnias. A história desta pequena região européia é clara em seus desdobramentos quando o país Tchecoslováquia deixa de ser um país comunista subordinado as forças soviéticas e, com liberdade, assume a postura em se dividir entre os dois povos dominantes formando consecutivamente as independentes República Tcheca e Eslováquia. Ou seja, um processo que teve início num fato violento (protesto dos estudantes duramente reprimidos), desenvolveu-se de forma ordeira e tranquila, culminando em dois grandes acontecimentos: o fim do comunismo e a extinção do país.

<http://www.igeduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/inicio-da-revolucao-de-veludo-que-levou-a-queda-do-comunismo-na-tchecoslovaquia.html>

<http://www.brasilecola.com/historiag/tchecoslovaquia.htm>

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO – COMUNICAÇÃO (RELAÇÕES PÚBLICAS)**Questão 24 – Recurso Improcedente**

A questão trata apenas do relacionamento entre assessoria de comunicação e mídia, no universo governamental, onde a afirmativa contida na opção “E” que afirma “Retornar com urgência e presteza as solicitações, mesmo que não seja do interesse da instituição, se posicionar com relação ao tema questionado pelo repórter. O retorno deve ser apenas para explicar que a organização não tem nada a declarar.” O que se pretende nesta afirmação é mostrar corretamente que um assessor de comunicação nunca deve deixar a imprensa sem um retorno, após uma solicitação, mesmo que o retorno seja para dizer que a empresa não vai se posicionar ou não tem algo relevante a dizer sobre o tema proposto. Sobre a apresentação de alguns trabalhos conceituados, e de grande relevância para a bibliografia da área, onde os autores são categóricos ao afirmar que uma organização precisa dar informação, precisa se posicionar e estão corretos e embasados em suas afirmações. No entanto, o contexto é diferente do apresentado na questão. A questão está tratando do relacionamento assessoria de comunicação e mídia e os autores estão tratando do relacionamento organização e mídia. São dois assuntos distintos, em situações diferentes, pois o que está em destaque no caso da questão é o relacionamento, enquanto o que se preconiza nas obras citadas é a necessidade de um setor com profissionais da área de comunicação para que uma organização possa se posicionar em seu mercado, perante seus diversos públicos e as distintas situações por que possa passar, principalmente, no caso de momentos de crise, onde é crucial – sabemos todos – que uma organização se posicione e se pronuncie. Desta forma, a questão não está entrando no mérito do “nada a declarar”, mas no fato de que é preciso, mesmo não tendo algo a dizer, se posicionar dizendo exatamente isso. É muito comum uma organização ser procurada pela imprensa para opinar sobre assuntos ou situações que, muitas vezes, por desconhecimento profundo ou por questões éticas, a melhor alternativa é não emitir opiniões. Por exemplo, uma empresa do mesmo ramo comete um erro grave e a imprensa procura sua concorrente para que esta possa emitir opinião sobre o fato. Eticamente, também sabemos todos, que a melhor postura é manter-se calado diante de uma situação a qual não participa, mas sim seu concorrente. Portanto, o dizer que não tem nada a declarar muitas vezes é necessário numa assessoria de comunicação em momentos adversos, como o apresentado acima. Não se pode estender a solicitação expressa na questão a um contexto totalmente distinto de seu objetivo.

Questão 25 – Recurso Procedente – Alterar gabarito para “B”

Devido a erro de digitação do gabarito preliminar das provas, fica alterado o gabarito da questão para a alternativa “B”.

Questão 31 – Recurso Procedente – QUESTÃO ANULADA

A questão apresenta-se correta e seu conteúdo também está completamente fundamentado, no entanto, não se especificou em seu texto que se tratava de uma assessoria de comunicação para organizações públicas, por isso, ficou impossível analisar a veracidade da afirmação sem esta informação crucial, devendo, por esse motivo apenas, ser anulada a questão.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - COMUNICAÇÃO (JORNALISMO)**Questão 18 – Recurso Procedente - ANULADA**

Por padrão o WINDOWS EXPLORER não apresenta as opções de ordenação por Aplicativo, Data de criação e Autor, a referida questão deve ser anulada.

Questão 28 – Recurso Improcedente

Na leitura atenta percebe-se a incorreção, através da contradição impressa em seu conteúdo, quando se diz que “possui periodicidade com sua dinâmica determinada pelos fatos a serem noticiados”, entendemos que se o desenvolvimento dos fatos, sua dinâmica e mudanças constantes é que determina a periodicidade, então, esta não pode existir nestes veículos já que vivemos num mundo em transformação constante e acontecimentos ocorrem continuamente, muitas vezes sem previsão ou determinação de datas ou tempo de duração. Desta forma, encontramos numa das características dos veículos de *web* a ausência de periodicidade já que a medida em que os fatos vão ocorrendo, vão sendo divulgados praticamente de forma instantânea, o que vem se tornando uma das grandes vantagens e peculiaridades destes veículos, como pode se atestar em várias publicações voltadas especificamente ao estudo da *web*:

Jornalismo na Internet – JB Pinho – Summus Editora e

Jornalismo Digital – Pollyana Ferrari – Contexto Editora

Guia de Estilo Web: Produção e edição de notícias on line – Letícia Moherdau – Editora Senac

Questão 30 – Recurso Improcedente

Verificando no Manual de Assessoria de Comunicação da Fenaj, 4ª Edital, apresentado em recurso, encontramos na página no tópico sobre “Produtos e Serviços” a definição de “Proposta/Sugestão de Pauta”, como “Informe sucinto enviado aos veículos de comunicação a respeito de determinado assunto de interesse para o veículo e à sociedade” a inclusão apresentada em seu recurso “no qual se incluem o agendamento das entrevistas coletivas” é de responsabilidade única e exclusiva do candidato. No Manual não há nenhuma citação a esta inclusão. A afirmação apresentada na alternativa C encontra-se baseada na obra: Assessoria de Imprensa – Teoria e Prática de Luiz Artur Ferraretto e Elisa Kopplin, da Sagra-DC Luzzatto Editores.

Questão 38 – Recurso Improcedente

A informação contida na questão está embasada na obra Assessoria de Imprensa – Teoria e Prática de Luiz Artur Ferraretto e Elisa Kopplin, da Sagra-DC Luzzatto Editores. A fonte apresentada em recurso – Dicionário Aurélio – em nenhum momento contradiz as afirmativas contidas na questão, apresentando a conceituação correta do instrumento, mas não especificamente sua utilidade na área profissional, o que, obviamente, deve ser determinado por obras específicas a área, como a apresentada acima.

Questão 54 – Recurso Improcedente

Conhecer a legislação é saber interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A resposta correta não prescinde desse conhecimento, bem como o de que, nos moldes do art 309 da referida lei, especialmente saiba que o condutor só será responsabilizado pelo referido tipo se gerar perigo de dano. Conduzir o veículo normalmente, obedecendo às outras regras de trânsito, mesmo sem habilitação, é fato atípico. Só há crime se for gerado perigo de dano. Como explica NUCCI “o referido art. 32 (“Dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas”) está derogado pelo art. 309 da Lei 9.503/97. Remanesce a figura relativas às embarcações. Quanto à falta de habilitação para dirigir veículo automotor, aplica-se somente o disposto no art. 309. É o teor da Súmula 720 do Supremo Tribunal

Federal: “O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres”.’ (NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 853-854). Sobre a infração do art. 162, não há dúvida sobre a sua incidência, já que na hipótese ventilada na questão o agente conduzia veículo sem possuir a Carteira Nacional de Habilitação.

Questão 56 – Recurso Improcedente

A Revolução de Veludo ocorrida na extinta Tchecoslováquia foi um movimento pacífico, já que uma revolução não acontece apenas com um acontecimento, mas por um processo amplo de ações, acontecimentos geradores de transformações. O termo “veludo” foi empregado ao movimento devido a seu caráter suave, leve, como o próprio tecido, em se tratando de transformações tão bruscas e determinantes como a queda do regime comunista e a divisão do país pelas duas principais etnias. A história desta pequena região européia é clara em seus desdobramentos quando o país Tchecoslováquia deixa de ser um país comunista subordinado as forças soviéticas e, com liberdade, assume a postura em se dividir entre os dois povos dominantes formando consecutivamente as independentes República Tcheca e Eslováquia. Ou seja, um processo que teve início num fato violento (protesto dos estudantes duramente reprimidos), desenvolveu-se de forma ordeira e tranquila, culminando em dois grandes acontecimentos: o fim do comunismo e a extinção do país.

<http://www.igeduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/inicio-da-revolucao-de-veludo-que-levou-a-queda-do-comunismo-na-tchecoslovaquia.html>

<http://www.brasilecola.com/historiag/tchecoslovaquia.htm>

Questão 57 – Recurso Improcedente

A questão trata dos acordos e tratados de cooperação econômica que vem sendo desenvolvidos pelas diversas nações a fim de se fortalecerem e/ou protegerem economicamente. Analisando a história da União Européia, expressa em seu site oficial (http://europa.eu/abc/history/1990-1999/index_pt.htm), torna-se esclarecedor o fato de que a União Europeia (o grupo) já existia desde a década de 1950 quando se efetivou o tratado de Roma. O que ocorre em 1992 em *Maastricht* é a ampliação das medidas e ações unificadoras e a mudança do nome desta união que já vinha se efetivando desde o término da II Guerra Mundial. Portanto, não se pode menosprezar um processo longo, estando restrito apenas as nomenclaturas. O que ocorreu em 1992 foi uma mudança do nome do bloco e não a sua criação, como fica bem claro nos textos retirados do site da União Européia:

“ 25 de Março de 1957 - Encorajados pelo êxito do [tratado sobre o carvão e o aço](#), os Seis alargam a sua cooperação a outros sectores económicos. Assinam o [Tratado de Roma](#), que cria a Comunidade Económica Europeia (CEE), ou "[mercado comum](#)", cujo objetivo é a livre circulação das pessoas, das mercadorias e dos serviços entre os Estados-Membros. 7 de Fevereiro de 1992 - Assinatura do [Tratado da União Europeia](#) em Maastricht. A CEE ultrapassa uma etapa importante ao estabelecer regras claras para a futura [moeda única](#), a [política externa e de segurança](#) e o reforço da cooperação em matéria de [justiça e de assuntos internos](#). A "Comunidade Europeia" é formalmente substituída pela "União Europeia".”

No que diz respeito a Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC – a afirmativa não exclua a Rússia como participante da Associação, apenas não a cita como exemplo, pois ao informar que este mercado era composto “por países da Ásia, América e Oceania”, a Banca exemplifica o nome de três países, sendo um de cada continente e deixa claro que se trata de uma citação apenas, e não a relação de todos os participantes, quando coloca na seguinte forma: “ como Japão, EUA e Austrália”.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - CONTABILIDADE

Questão 09 – Recurso Improcedente

Os argumentos questionados fazem referência à questão 04 da referida prova.

Nessa questão a alternativa correta é a “E” pois a palavra “conquanto” empregada nessa frase é uma conjunção subordinativa concessiva que dá à frase a ideia de concessão. Então vejamos: “...e eu sou acaso um deles, embora a prova de ter a memória fraca...”. Se substituirmos essa conjunção por qualquer outra causal ou consecutiva não daria à frase o mesmo sentido.

Questão 18 – Recurso Procedente - ANULADA

Por padrão o WINDOWS EXPLORER não apresenta as opções de ordenação por Aplicativo, Data de criação e Autor, a referida questão deve ser anulada.

Questão 21 – Recurso Improcedente

Segundo a equipe de Professores da FEA/USP pág. 19: “A representação do patrimônio de uma entidade é conhecida entre nós pela expressão balanço Patrimonial...

Já que na maioria das entidades o Ativo (Bens e Direitos) suplanta o Passivo (obrigações), a representação mais comum de seu patrimônio, isto é, seu Balanço Patrimonial assume a forma: Ativo (lado esquerdo) = Passivo + Patrimônio Líquido (lado direito)

Se o Passivo suplantar o Ativo, teremos o chamado Patrimônio Líquido Negativo, melhor denominado Passivo a Descoberto.

Caso o passivo supere o Ativo, encontraremos:

$$ATIVO + PASSIVO A DESCOBERTO = PASSIVO \text{ ou}$$

$$ATIVO = PASSIVO + PASSIVO A DESCOBERTO \text{ (PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO).}”$$

Analizando o exemplo:

ATIVO	PASSIVO
Caixa = 500,00	Obrigações: 630,00 Patrimônio Líquido Negativo: (130)
Total 500	Total 500

Fonte: PADOVEZE, Clóvis Luis, Manual de Contabilidade Básica. 5ª. Ed.São Paulo: Atlas, 2004 pág.39

Verifica-se que, no exemplo acima, a equação patrimonial será ativo 500,00 = passivo 630,00 + passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo = -130) “ criou-se a figura do Patrimônio Líquido Negativo, para dar igualdade a equação...”

Em termos de representação patrimonial, o Balanço poderia ser apresentado também da seguinte maneira:

ATIVO	PASSIVO
Caixa = 500,00 Patrimônio Líquido Negativo: 130	Obrigações: 630,00
Total 630	Total 630

Fonte: PADOVEZE, Clóvis Luis, Manual de Contabilidade Básica. 5ª. Ed.São Paulo: Atlas, 2004 pág.40

Note que deslocamos a figura do Patrimônio Líquido Negativo para o Ativo pois a partir do momento da existência dessa nova figura, rara por sinal, o Patrimônio Líquido passa a ter saldo contrário à sua natureza inicial de passivo, podemos representá-lo no Ativo.”

Na situação patrimonial acima temos a seguinte equação:

ativo 500,00 + passivo a descoberto 130,00 = passivo 630,00. Portanto analisando a questão temos:

$$\text{Ativo} + \text{Passivo a Descoberto} = \text{Passivo}$$

Bibliografia: EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. pág.20

Questão 27 – Recurso Improcedente

Segundo Kohama (2009;146),” ..., se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reconduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre.”

Esta afirmação do autor parte da análise dos incisos VI e IX, do artigo 52, da Constituição Federal afirmando que compete privativamente ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Analisando a questão verifica-se que não existem alternativas idênticas e conforme descrito acima, a alternativa correta é a letra “E”.

Bibliografia: KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e prática. Pág.146

Questão 29 – Recurso Improcedente

Segundo KOHAMA(2009; 41) , “Os orçamentos de todos os órgãos autônomos que constituem o setor público devem se fundamentar em uma única política orçamentária estruturada uniformemente e que se ajuste a um método único... É necessário, portanto, que cada orçamento se ajuste ao princípio da unidade em seu conteúdo, metodologia e expressão, e com isso contribuirá para evitar a duplicação de funções ou superposição de entidades na realização de atividades correlatas, colaborando de maneira valiosa para racionalização na utilização dos recursos.”

Portanto, conforme informações acima, verifica-se que a alternativa correta é a letra “B” conforme gabarito.

Bibliografia: KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e prática. Pág41

Questão 30 – Recurso Improcedente

Segundo a Lei no. 4.320/64, em seu ar. 106, menciona que:

Art. 106. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá às normas seguintes:

...

II – os bens móveis e imóveis; pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção

III – os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras

...

O inventário é o documento que origina o Balanço Patrimonial. Ambos têm a mesma estrutura, porém o primeiro apresenta-se de forma analítica e o segundo de forma sintética. O mesmo segue normas escritas e procedimentos específicos com designação obrigatória de uma pessoa ou comissão para sua execução. Um órgão Público irá avaliar os bens do almoxarifado e levantou as seguintes informações:

	Quantidade	preço
Compra 1	50	10
Compra 2	100	15
Compra 3	50	25
Compra 4	50	30

O preço a ser considerado será:

Seguindo a Lei 4.320. descrita acima, para encontrar o preço para avaliar os bens do almoxarifado, a resolução da questão ficará conforme abaixo:

	Quantidade	preço		
Compra 1	50	10	500	
Compra 2	100	15	1500	

Compra 3	50	25	1250	
Compra 4	50	30	1500	
	250		4750	19,00

PREÇO

Bibliografia: Lei 4.320 art 106 e ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. Pág. 150

Questão 35 – Recurso Improcedente

Segundo a Lei 8666:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

Prestação de garantia

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou títulos de dívida pública;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

§ 2º As garantias a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no § 3º deste artigo.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.

Conforme descrito acima, a alternativa correta será a letra "A".

Bibliografia: Lei 8666 art 31

Questão 40 – Recurso Improcedente

Segundo KOHAMA (2009; 77) “Lançamento é o ato administrativo que o Poder Executivo utiliza, visando identificar e individualizar o contribuinte ou o devedor e os respectivos valores, espécies e vencimentos.

Geralmente, utiliza-se para a arrecadação de tributos, mas pode-se também aplicar a casos em que o Governo tenha direitos líquidos e certos, em virtude de Leis, regulamentos ou contratos.”

Portanto, ao analisar a questão verifica-se que a alternativa correta é a letra “B”, conforme gabarito.

Bibliografia: Lei 4.320 art 11. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e prática. Pág77

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO – ENGENHARIA ELÉTRICA

Questão 28 – Recurso Improcedente

Em primeiro lugar quando analisa estabilidade em sistemas de controle, tem-se que verificar **SEMPRE** para $K > 0$. O primeiro passo para se determinar a estabilidade da questão é determinar a função de transferência em malha fechada.

Portanto:

$$G_{MF} = \frac{K}{S^3 + 18S^2 + 77S + K}$$

O próximo passo é a colocação do polinômio característico na tabela de Routh-Hurwitz, observando os coeficientes dos termos ímpares e pares, com isso:

S^3	1	77
S^2	18	K
S^1	$\frac{1386 - K}{18}$	
S^0	K	

Notar-se-á na tabela acima os coeficientes do polinômio característico, nas duas primeiras linhas da tabela. A determinação dos termos de s^1 e s^0 na primeira coluna são procedidos da seguinte forma: multiplica-se 18 por 77,

subtrai-se de 1 vezes K e divide-se tudo isto por 18. O mesmo procedimento se dá para s^0 . Uma vez que K é considerado positivo, percebe-se via regra que todos os elementos da primeira coluna são sempre positivos, exceto

da linha s^1 . Este elemento pode ser positivo, zero ou negativo, dependendo do valor de K. Se $K < 1386$, todos os elementos da primeira coluna serão positivos, e, portanto, não haverá mudança de sinal na primeira coluna e o sistema será sempre estável, ou seja, os pólos estarão no semi-plano da esquerda. Por outro lado se isto não ocorrer, ou seja, se houver mudança de sinal na primeira coluna o sistema será instável. Então conclui-se que $K < 1386$, e claro como K também tem que ser maior do que zero, a faixa de ganho da estabilidade é $0 < K < 1386$. Prováveis causas do erro de raciocínio no desenvolvimento da questão:

- 1) Não considerar que K em que ser maior do que zero;
- 2) Ter-se utilizado da função de transferência em malha aberta ao invés da malha fechada;
- 3) Esquecer que uma mudança de sinal na primeira coluna produz instabilidade no sistema.
- 4) **Provavelmente o candidato utilizou o critério de Nyquist para o cálculo do ganho, mas há de se observar que $K = -1$ é o ganho frequencial da função de transferência, ou seja, há de determinar o módulo da FT e igualar a 1 para a determinação do valor K e substituir s por $J\omega$. Então, pega-se o módulo considerando os pólos, zeros e K a malha aberta iguala-se a 1. Não é K que produz -1, mas sim o ganho frequencial de malha, se foi este o método utilizado.**

Bibliografia: Norman S. Nise, Engenharia de sistemas de controle, 3ª Edição, Ed LTC, páginas 249 e 250.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - ESTATÍSTICA

Questão 12 – Recurso Procedente - Questão ANULADA

O recurso procede. Não há resposta correta a ser assinalada.

Questão 18 – Recurso Procedente - ANULADA

Por padrão o WINDOWS EXPLORER não apresenta as opções de ordenação por Aplicativo, Data de criação e Autor, a referida questão deve ser anulada.

Questão 19 – Recurso Improcedente

Com base em propriedades de esperança temos:

~~$T_C = a + bT_F$~~ , onde “a” e “b” são constantes.

Considerando os dados do enunciado da questão temos:

A média da Temperatura em Fahrenheit (TF) = $E(TF) = 77^\circ F$

A Conversão da Temperatura em Fahrenheit (TF) para Temperatura em Celsius (TC) é dado por:

~~$T_C = \frac{5}{9}(T_F)$~~ , então:



~~$TF = 25C$~~

Com base em propriedades de variância temos:

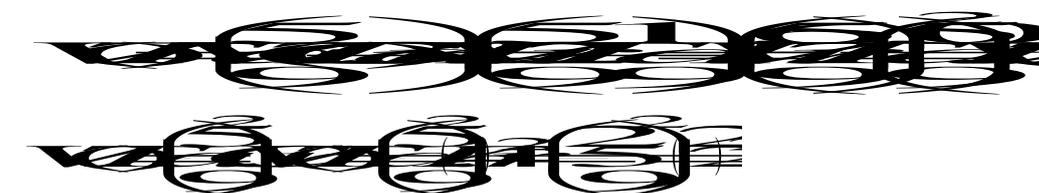
~~$Var(T_C) = a + bVar(T_F)$~~ , onde “a” e “b” são constantes. Considerando os dados do enunciado da questão temos:

Desvio Padrão (D.P.) da Temperatura em Fahrenheit (TF) = $D.P.(TF) = 45^\circ F$ temos:

~~$Var(T_F) = 45^2$~~

A Conversão da Temperatura em Fahrenheit (TF) para Temperatura em Celsius (TC) é dado por:

~~$T_C = \frac{5}{9}(T_F)$~~ , então:



~~$Var(T_C) = 25^2$~~

Alternativa correta: **letra E**, Gabarito mantido.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica – Volume 1 - Probabilidade**. 7. ed. São Paulo: Makron Books, 1999. p.44-53

Questão 40 – Recurso Improcedente

Com os dados do enunciado da questão temos:

$$Z=3X-Y+4 \text{ com } \text{Var}(X)=\frac{1}{3} \text{ e } \text{Var}(Y)=\frac{3}{2}, \text{ procuramos } \text{Var}(Z)$$

Considerando a propriedade de soma de variâncias de variáveis aleatórias (V.A.):

$$\text{Var}(aX+bY) = a^2 \text{Var}(X) + b^2 \text{Var}(Y) + 2ab \text{Cov}(X, Y), \text{ onde "a" e "b" são constantes.}$$

$\text{Cov}(X, Y) = \rho \sigma_X \sigma_Y$, onde a covariância de X e Y ($\text{Cov}(X, Y)$) é calculada da seguinte forma:

$$\text{Cov}(X, Y) = \rho \sigma_X \sigma_Y \text{ ou } \text{Cov}(X, Y) = \frac{\text{Cov}(X, Y)}{\sigma_X \sigma_Y}$$

Onde ρ representa correlação e σ representa desvio padrão

Não temos disponíveis informações de Esperança ou o rol de dados para calcular a Esperança e o coeficiente de correlação (que depende da Esperança)

Alternativa correta: letra “E”, Gabarito mantido.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica – Volume 1 - Probabilidade**. 7. ed. São Paulo: Makron Books, 1999. p.44-53

Questão 47 – Recurso Improcedente

Há diferença entre medidas administrativas e penalidades. O artigo 256 do Código de Trânsito estabelece quais são as **penalidades** que podem ser aplicadas, a saber: advertência por escrito, multa, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo, cassação da CNH, cassação da Permissão para Dirigir e frequência obrigatória em curso de reciclagem. Já o artigo 269 indica quais são as **medidas administrativas** que podem ser aplicadas, a saber: retenção do veículo, remoção do veículo, recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação, recolhimento da Permissão para Dirigir, recolhimento do Certificado de Registro, recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, transbordo do excesso de carga, realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, recolhimento de animais que se encontrem soltos nas vias e na faixa de domínio das vias de circulação, restituindo-os aos seus proprietários, após o pagamento de multas e encargos devidos e realização de exame de aptidão física, mental, de legislação, de prática de primeiros socorros e de direção veicular. Tem razão o recorrente no sentido de que as medidas administrativas não elidem a aplicação das penalidades impostas. Mas a interpretação que deu está equivocada. O parágrafo 2º do referido artigo deve ser interpretado no sentido de que a aplicação das medidas administrativas não impede a aplicação das penalidades. Como explica ARNALDO RIZZARDO “*na verdade, nem precisaria que constasse esse dispositivo, eis que, se o Código discrimina e prevê penalidades e medidas administrativas, decore necessariamente sua incidência. De qualquer maneira, fica bem saliente que a aplicação de tais medidas não significa a isenção da penalidade estabelecida a infração...*”. Também explica que “as medidas administrativas não constituem sanções ou penalidades, mas providências exigidas para a regularização de situações anormais...” (in *Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 698 e 700). A questão exigia que o candidato soubesse diferenciar as medidas administrativas das penalidades.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO – INFORMÁTICA (GERENCIAMENTO DE PROJETOS)

Questão 18 – Recurso Procedente - ANULADA

Por padrão o WINDOWS EXPLORER não apresenta as opções de ordenação por Aplicativo, Data de criação e Autor, a referida questão deve ser anulada.

Questão 41 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, *Gerenciamento e Controle de Projetos*, Alfredo Boente, Editora Axcel Books, página 48: “Os principais processos que envolvem controle do escopo do projeto são os seguintes: Iniciação: Fazer com que a organização esteja comprometida a iniciar as próximas fases do projeto, sempre que necessário for. Planejamento do Escopo: Descrever uma declaração do escopo como base para futuras decisões que envolvam o projeto. Detalhamento do Escopo do projeto: Consiste na subdivisão dos principais subprodutos do projeto em componentes menores e mais manejáveis. Verificação do Escopo: Faz a formalização da aprovação do escopo do projeto. Controle de Mudanças do Escopo: Consiste em controlar efetivamente todas as mudanças do escopo do projeto.” Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO – INFORMÁTICA (ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS)

Questão 29 – Recurso Improcedente

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, Miniaurélio, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Editora Positivo, define-se Tempo como: *Flexão indicativa do momento a que se refere a ação ou o estado verbal*. Assim entende-se que a expressão “Tempo de transferência” já indica em si um período e uma ação, não havendo, portanto, como se confundir o termo “tempo” com uma ação verbal que se caracteriza como uma “operação de transmissão de dados”. Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 33 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, *Banco de Dados – Projeto e Implementação*, Felipe Nery Rodrigues Machado, Editora Érica, página 26:

“O processo de modelagem consiste em cinco aspectos importantes: Observação: entrevistas, reuniões, questionários, análise de documentos aliados ao conhecimento e experiência prévios da área de negócios ou seu perfeito entendimento e compreensão. Entendimento dos conceitos: núcleo do processo de modelagem. Essa fase destina-se a identificar, conceituar, entender e assimilar o objeto observado. Representação dos objetos: aplicação de técnicas de modelagem de dados Entidade-Relacionamento. Verificação de fidelidade e carências: detectar falhas e anomalias, identificando respectivas causas as quais podem residir em conceitos malformados, pontos de vista equivocados, falha na concepção ou aplicação errada da técnica de representação. Validações: nessa fase busca-se a aprovação formal do modelo. Para que esse objetivo seja alcançado, é necessária a participação ativa do usuário final, bem como a visão de outros profissionais da área técnica (administrador de dados, analista de sistemas, administrador de banco de dados, etc., de acordo com o caso). Esse processo deve ser rigoroso e crítico, tanto quanto possível. Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 38 – Recurso Procedente – ALTERAR GABARITO PARA “D”

Devido a erro de digitação do gabarito preliminar das provas, fica alterado o gabarito da questão para a alternativa “D”.

Questão 54 – Recurso Improcedente

Conhecer a legislação é saber interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A resposta correta não prescinde desse conhecimento, bem como o de que, nos moldes do art 309 da referida lei, especialmente saiba que o condutor só será responsabilizado pelo referido tipo se gerar perigo de dano. Conduzir o veículo normalmente, obedecendo às outras regras de trânsito, mesmo sem habilitação, é fato atípico. Só há crime se for gerado perigo de dano. Como explica NUCCI “o referido art. 32 (“Dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas”) está derogado pelo art. 309 da Lei 9.503/97. Remanesce a figura relativas às embarcações. Quanto à falta de habilitação para dirigir veículo automotor, aplica-se somente o disposto no art. 309. É o teor da Súmula 720 do Supremo Tribunal Federal: “O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres”.’ (NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 853-854). Sobre a infração do art. 162, não há dúvida sobre a sua incidência, já que na hipótese ventilada na questão o agente conduzia veículo sem possuir a Carteira Nacional de Habilitação.

Questão 57 – Recurso Improcedente

A questão trata dos acordos e tratados de cooperação econômica que vem sendo desenvolvidos pelas diversas nações a fim de se fortalecerem e/ou protegerem economicamente. Analisando a história da União Européia, expressa em seu site oficial (http://europa.eu/abc/history/1990-1999/index_pt.htm), torna-se esclarecedor o fato de que a União Europeia (o grupo) já existia desde a década de 1950 quando se efetivou o tratado de Roma. O que ocorre em 1992 em *Maastricht* é a ampliação das medidas e ações unificadoras e a mudança do nome desta união que já vinha se efetivando desde o término da II Guerra Mundial. Portanto, não se pode menosprezar um processo longo, estando restrito apenas as nomenclaturas. O que ocorreu em 1992 foi uma mudança do nome do bloco e não a sua criação, como fica bem claro nos textos retirados do site da União Européia:

“25 de Março de 1957 - Encorajados pelo êxito do [tratado sobre o carvão e o aço](#), os Seis alargam a sua cooperação a outros sectores económicos. Assinam o [Tratado de Roma](#), que cria a Comunidade Económica Européia (CEE), ou ["mercado comum"](#), cujo objetivo é a livre circulação das pessoas, das mercadorias e dos serviços entre os Estados-Membros. 7 de Fevereiro de 1992 - Assinatura do [Tratado da União Européia](#) em Maastricht. A CEE ultrapassa uma etapa importante ao estabelecer regras claras para a futura [moeda única](#), a [política externa e de segurança](#) e o reforço da cooperação em matéria de [justiça e de assuntos internos](#). A "Comunidade Européia" é formalmente substituída pela "União Européia".”

No que diz respeito a Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC – a afirmativa não exclua a Rússia como participante da Associação, apenas não a cita como exemplo, pois ao informar que este mercado era composto “por países da Ásia, América e Oceania”, a Banca exemplifica o nome de três países, sendo um de cada continente e deixa claro que se trata de uma citação apenas, e não a relação de todos os participantes, quando coloca na seguinte forma: “ como Japão, EUA e Austrália”.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - INFORMÁTICA (ADMINISTRAÇÃO DE REDES)**Questão 01 – Recurso Improcedente**

Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – Nova Edição , Revista e Ampliada; Editora Nova Fronteira, página 193, Coluna 02, a palavra “atinar” em sua 5ª aceção significa “lembrar-se de, acertar (com uma coisa que escapara da memória). E dá como exemplo justamente a frase de Machado de Assis : “Como eu invejo os que não esqueceram a cor das primeiras calças que vestiram! Eu não atino com o das que enfiei ontem”. Portanto, fica mantida a opção do Gabarito oficial “B”

Questão 13 – Recurso Procedente - ANULADA

O MICROSOFT EXCEL possui ferramenta para elaboração de gráficos a partir de dados de planilhas eletrônica que pode ser acessado pelo caminho: Inserir -> Imagem -> Gráfico e por apresentar o nome da pasta válida “Rascunhos” no singular.

Questão 17 – Recurso Improcedente

A referida questão é uma questão prática que tem apenas a opção (letra C), que tem como função fechar a página atual, seja ela a única aberta ou a aba em primeiro plano.

Questão 18 – Recurso Procedente - ANULADA

Por padrão o WINDOWS EXPLORER não apresenta as opções de ordenação por Aplicativo, Data de criação e Autor, a referida questão deve ser anulada.

Questão 19 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, Introdução à Organização de Computadores, Mário A. Monteiro, Editora LTC, página 109: “... há duas únicas ações que podem ser realizadas em um depósito (memória). A primeira é a ação de guardar um elemento (ou grupo de elementos) – em computação, esta ação é genericamente denominada armazenar e a operação em sí, que é realizada para consecução desta ação é chamada de escrita ou gravação (write).”

Ainda, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, Miniaurélio, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Editora Positivo, define-se Consecução como: Ato ou efeito de conseguir. Assim quem “consegue” realizar a escrita é a própria memória que recebe os “elementos” e executa a tarefa, mecânica e/ou elétrica, de gravação física dos mesmos. Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 20 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, Introdução à Organização de Computadores, Mário A. Monteiro, Editora LTC, página 373: “... há diversos tipos de barramentos utilizados nos atuais sistemas de computação, os quais podem ser genericamente classificados em três categorias: barramento local; barramento do sistema; barramento de expansão.”

O recuso em tela NÃO apresentou pleito, porém face ao exposto, foi feita reanálise do conteúdo exigido na questão, não sendo encontrada qualquer contradição ou vício que a macule, ficando, portanto, reafirmado o gabarito oficial na forma em que foi divulgado.

A frase “Está(ão) correta(s) apenas a(s) assertiva(s)”, refere-se a assertivas e não as opções, sendo fato que só existe realmente uma opção correta. Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 25 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, Introdução à Organização de Computadores, Mário A. Monteiro, Editora LTC, página 6: *“Todo computador é construído com circuitos eletrônicos capazes de reconhecer e executar diretamente apenas um conjunto limitado e simples de instruções de máquina, nas quais todo programa (escrito em Pascal, C, Delphi, Java, etc.) deve ser convertido antes de ser executado. Essas instruções são normalmente do tipo: executar operações aritméticas sobre dois números; executar operações lógicas sobre dois números; mover um conjunto de bits (um número ou parte) de um local para o outro do computador; desviar a sequência do programa; fazer a comunicação com algum dispositivo de entrada ou saída de dados. Em resumo, o computador, sendo uma máquina precisa de “ordens” específicas (suas instruções) para executar as atividades para as quais foi construído.”*

Portanto, pode-se observar que o programa é o responsável pela execução das referidas operações, sendo o autor das mesmas. Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 29 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, Introdução à Organização de Computadores, Mário A. Monteiro, Editora LTC, página 403: *“Discos magnéticos (também disquetes, fitas magnéticas, CD-ROM) são componentes de um computador que podem ser enquadrados em duas áreas distintas: como memória secundária e como dispositivos periféricos de E/S. Atualmente, esses dispositivos são largamente utilizados seguindo os dois pontos de vista.”*

Foi feita reanálise do conteúdo exigido na questão, não sendo encontrada qualquer contradição ou vício que a macule, ficando, portanto, reafirmado o gabarito oficial na forma em que foi divulgado.

A frase “Está(ão) correta(s) apenas a(s) assertiva(s)”, refere-se a assertivas e não as opções, sendo fato que só existe realmente uma opção correta.

Questão 33 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, Redes de computadores, Andrew S. Tanenbaum, Editora Campus, página 2: *“Utiliza-se a expressão ‘redes de computadores’ quando se quer mencionar um conjunto de computadores autônomos interconectados por uma única tecnologia.”*

Assim a questão versa sobre o conceito de “redes de computadores” e não sobre as formas de conexão dos computadores.

Ademais, de acordo com a bibliografia específica, *“Embora possa parecer estranho para algumas pessoas, nem a Internet nem a World Wide Web é uma rede de computadores A Internet não é uma única rede, mas uma rede de redes, e a Web é um sistema distribuído que funciona na Internet.”* Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 38 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, Redes de computadores – Curso completo, Gabriel Torres, Editora Axcel Books, página 70: *“... o endereço IP possui basicamente duas partes: uma que identifica a rede e outra que identifica o dispositivo (um computador, por exemplo)...”* Assim não se pode entender o usuário como um dispositivo.

O pleito se torna elucidado quando informa que host é utilizado em redes de computadores como sinônimo de máquina: *“... rede e a máquina ou host”*. Assim comumente se identifica um host como uma máquina na rede e não como um usuário. Ratifica esta afirmação, a bibliografia específica da área, qual seja, Redes de computadores, Andrew S. Tanenbaum, Editora Campus, página 21, quando diz: *“Uma rede ... contém um conjunto de máquinas cuja finalidade é executar os programas (ou seja, as aplicações) do usuário. Seguiremos a tradição e chamaremos essas máquinas de hosts.”* Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 45 – Recurso Improcedente

Para esta questão deve-se ter conhecimento da legislação de maneira a interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A questão exige isso e exige também que se conheça o tipo penal previsto no artigo 303 da referida lei e saiba diferenciá-lo de tipos penais análogos, mesmo que previstos em outros estatutos legais.

Questão 54 – Recurso Improcedente

Conhecer a legislação é saber interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A resposta correta não prescinde desse conhecimento, bem como o de que, nos moldes do art 309 da referida lei, especialmente saiba que o condutor só será responsabilizado pelo referido tipo se gerar perigo de dano. Conduzir o veículo normalmente, obedecendo às outras regras de trânsito, mesmo sem habilitação, é fato atípico. Só há crime se for gerado perigo de dano. Como explica NUCCI “o referido art. 32 (“Dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas”) está derogado pelo art. 309 da Lei 9.503/97. Remanesce a figura relativas às embarcações. Quanto à falta de habilitação para dirigir veículo automotor, aplica-se somente o disposto no art. 309. É o teor da Súmula 720 do Supremo Tribunal Federal: “O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres”.’ (NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 853-854). Sobre a infração do art. 162, não há dúvida sobre a sua incidência, já que na hipótese ventilada na questão o agente conduzia veículo sem possuir a Carteira Nacional de Habilitação.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - INFORMÁTICA (ANÁLISE DE SISTEMAS)**Questão 13 – Recurso Procedente - ANULADA**

O Microsoft Excel possui ferramenta para elaboração de gráficos a partir de dados de planilhas eletrônica que pode ser acessado pelo caminho: Inserir -> Imagem -> Gráfico e por apresentar o nome da pasta válida “Rascunhos” no singular.

Questão 18 – Recurso Procedente - ANULADA

Por padrão o WINDOWS EXPLORER não apresenta as opções de ordenação por Aplicativo, Data de criação e Autor, a referida questão deve ser anulada.

Questão 20 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, *Introdução à Organização de Computadores*, Mário A. Monteiro, Editora LTC, página 373: “... há diversos tipos de barramentos utilizados nos atuais sistemas de computação, os quais podem ser genericamente classificados em três categorias: barramento local; barramento do sistema; barramento de expansão. Os dois primeiros estão relacionados à interligação do processador com os módulos de memória cache e principal.”

Salienta-se ainda que na questão nada se menciona acerca de ser a memória cache um componente Externo ou Interno do processador. Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 33 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, Linux – Guia do Administrador do Sistema, Rubem E. Ferreira, Editora Novatec, página 317: “ *A sintaxe do iptables é : iptables [-t tabela] <comando> <chains> [opção<parametro>] <destino>*

Destinos. Por último será determinado o que acontecerá com o pacote.

--to-port define uma porta de destino, após um REDIRECT.”

O texto do recurso em tela já salienta que o --to-port é uma opção de destino, portanto, juntamente com a opção da porta especificada, fará, ele, parte do campo <destino> do iptables. Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 38 – Recurso Improcedente

A questão versa sobre uma característica específica dos Sistemas de tempo real, o que equivale a dizer característica que **só** exista no Sistemas de tempo real.

Conforme se pode verificar na referência bibliográfica indicada no recurso, qual seja, TANENBAUM, A. S. - Sistemas Operacionais Modernos. 2ª ed. São Paulo, Editora Pearson Prentice Hall, 2003, em sua página 100:

*Características de todos os sistemas: Justiça – dar a cada processo uma porção justa da CPU; Aplicação da política – verificar se a política estabelecida é cumprida; Equilíbrio – manter ocupadas todas as partes do sistema. **Características dos sistemas em lote:** Vazão – maximizar o número de jobs por hora; Tempo de retorno – minimizar o tempo entre a submissão e o término; Utilização de CPU – manter a CPU ocupada o tempo todo. **Características dos sistemas interativos:** Tempo de resposta – responder rapidamente às requisições; Proporcionalidade – satisfazer às expectativas dos usuários; **Características dos sistemas de tempo real:** Cumprimento dos prazos – evitar a perda de dados; Previsibilidade – evitar a degradação da qualidade em sistemas multimídia.*

Como se demonstrou a questão traz alternativas que são comuns a todos os sistemas, alternativas que são específicas de outros sistemas, como a opção B que é específica dos sistemas interativos, e uma única opção que é específica dos sistemas de tempo real. Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 39 – Recurso Improcedente

De acordo com a bibliografia específica da área, qual seja, Administração de Sistemas de Informação, Ivo Soares Melo, Editora Pioneira, página 35: “*As etapas de processamento de nível operacional que visam o fornecimento das informações gerenciais, em apoio ao Planejamento Estratégico, formam o Sistema de Informações Gerenciais (SIG), originalmente referenciado em textos em inglês MIS (Management Information System).*” Face ao exposto, entende-se improcedente o recurso.

Questão 45 – Recurso Improcedente

Para esta questão deve-se ter conhecimento da legislação de maneira a interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A questão exige isso e exige também que se conheça o tipo penal previsto no artigo 303 da referida lei e saiba diferenciá-lo de tipos penais análogos, mesmo que previstos em outros estatutos legais.

Questão 54 – Recurso Improcedente

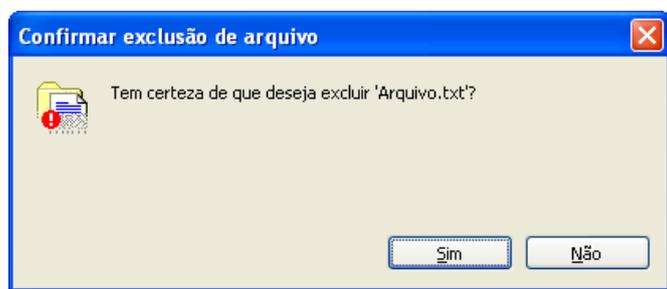
Conhecer a legislação é saber interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A resposta correta não prescinde desse conhecimento, bem como o de que, nos moldes do art 309 da referida lei, especialmente saiba que o condutor só será responsabilizado pelo referido tipo se gerar perigo de dano. Conduzir o veículo normalmente, obedecendo às outras regras de trânsito, mesmo sem habilitação, é fato atípico. Só há crime se for gerado perigo de dano. Como explica NUCCI “o referido art. 32 (“Dirigir, sem a

devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas”) está derogado pelo art. 309 da Lei 9.503/97. Remanesce a figura relativas às embarcações. Quanto à falta de habilitação para dirigir veículo automotor, aplica-se somente o disposto no art. 309. É o teor da Súmula 720 do Supremo Tribunal Federal: “O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, que reclama decorra do fato perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres”.’ (NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 853-854). Sobre a infração do art. 162, não há dúvida sobre a sua incidência, já que na hipótese ventilada na questão o agente conduzia veículo sem possuir a Carteira Nacional de Habilitação.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - EDUCAÇÃO (PEDAGOGIA)

Questão 18 BRANCA – 13 VERDE – 15 AMARELA – Recurso Improcedente

Como mostra a figura abaixo ao se pressionar as teclas shift + delete o arquivo ou pasta selecionado(a) excluído sem que seja armazenado na lixeira



Questão 21 BRANCA – 40 VERDE – 33 AMARELA – Recurso Procedente – ALTERAR PARA “D”

Devido a erro de digitação do gabarito preliminar das provas, fica alterado o gabarito da questão para a alternativa “D”

Questão 23 BRANCA – 38 VERDE – 38 AMARELA – Recurso Improcedente

As obras de Paulo Freire continuam a ser a referência teórica específica e quase única no campo da Educação de Jovens e Adultos. Entretanto como diz André Bertin (1997), não há nenhum sentido em propor-se uma democracia participativa ou deliberativa, se esta não estiver baseada numa competência fundamental de todos os indivíduos que compõem a sociedade e se não puder fundamentar em alguma medida na convicção dessa competência. A existência de competências cognitivas básicas, comuns a todos os indivíduos, é uma condição de possibilidade para a proposta de uma democracia participativa.

Questão 31 BRANCA – 30 VERDE – 20 AMARELA – Recurso Improcedente

A referências ao pensamento defendido por Perrenoud (Dez Novas Competências para ensinar), são argumentos que não invalidam a proposição da questão. Refiro-me ao Capítulo 4 do Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (Os quatro pilares da educação).

Questão 37 BRANCA – 24 VERDE – 26 AMARELA – Recurso Improcedente

Para Levek & Maischitzky (2002:40), a liderança situacional varia de acordo com o momento, devendo os gerentes adaptarem seu estilo de liderança ao nível de desenvolvimento dos colaboradores em cada tarefa específica.

Considerando que a resposta certa é a opção “E”, as referências a letra B onde se argumenta que deveria ser “aos” e não “ao”, não interferiria no resultado final da opção correta; portanto a concordância não inviabiliza a compreensão do texto.

Questão 38 BRANCA – 23 VERDE – 34 AMARELA – Recurso Improcedente

Não há interferência nas opções por serem consideradas palavras que tenham o mesmo sentido, uma vez que a resposta correta é a letra E.

Questão 39 BRANCA – 22 VERDE – 27 AMARELA – Recurso Procedente – ALTERAR PARA “C”

Considerando que os argumentos apresentados pelo candidato, “colocar a saúde financeira do negócio deveria vir em primeiro plano”, uma vez que a saúde financeira é responsável pelo sucesso ou pela falência da empresa. O gabarito deve ser ALTERADO para letra C.

Questão 43 BRANCA – 52 VERDE – 49 AMARELA – Recurso Improcedente

"A tutela constitucional da intimidade, da honra e da imagem parece justificar, mais do que nunca, a recusa do suspeito ou acusado de submeter-se a exames de partes íntimas, bem como a provas degradantes, como o 'bafômetro', até porque ninguém pode ser obrigado a fazer prova contra si mesmo." (GRINOVER, Ada Pellegrini, et al. As nulidades no Processo Penal. 8. ed. São Paulo: Editora RT, 2004, p. 158). *“No Brasil, as intervenções corporais previstas em lei são pouquíssimas, e, não bastasse, sequer vêm sendo admitidas pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sempre fundamentada no princípio constitucional da não auto-incriminação. Nesse sentido, por exemplo, a Suprema Corte reconheceu o direito de um acusado a não fornecer padrões gráficos para exame pericial, ao entendimento de que não era o réu obrigado a fazer prova contra si. Igual ponto de vista poderia ser aplicado também ao conhecido bafômetro, que vem ser o teste de alcoolemia, para fins de comprovação da quantidade alcoólica ingerida pela pessoa. Aliás, parece-nos que o bafômetro deve ser criticado muito mais por questões técnicas, no plano da qualidade e da idoneidade de sua eficácia probatória, do que por suposta violação do direito ao silêncio."* (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli, Curso de Processo Penal, 5ª ed. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2005, p.330). Pelo que se vê, portanto, o argumento a ser utilizado é o da não auto-incriminação.

Questão 45 BRANCA – 53 VERDE – 51 AMARELA – Recurso Improcedente

Para esta questão deve-se ter conhecimento da legislação de maneira a interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A questão exige isso e exige também que se conheça o tipo penal previsto no artigo 303 da referida lei e saiba diferenciá-lo de tipos penais análogos, mesmo que previstos em outros estatutos legais.

Questão 56 BRANCA – 59 VERDE – 59 AMARELA – Recurso Improcedente

A Revolução de Veludo ocorrida na extinta Tchecoslováquia foi um movimento pacífico, já que uma revolução não acontece apenas com um acontecimento, mas por um processo amplo de ações, acontecimentos geradores de transformações. O termo “veludo” foi empregado ao movimento devido a seu caráter suave, leve, como o próprio tecido, em se tratando de transformações tão bruscas e determinantes como a queda do regime comunista e a divisão do país pelas duas principais etnias. A história desta pequena região européia é clara em seus desdobramentos quando o país Tchecoslováquia deixa de ser um país comunista subordinado as forças soviéticas e, com liberdade, assume a postura em se dividir entre os dois povos dominantes formando consecutivamente as independentes República Tcheca e Eslováquia. Ou seja, um processo que teve início num fato violento (protesto dos estudantes duramente reprimidos), desenvolveu-se de forma ordeira e tranquila, culminando em dois grandes acontecimentos: o fim do comunismo e a extinção do país.

<http://www.igeduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/inicio-da-revolucao-de-veludo-que-levou-a-queda-do-comunismo-na-tchecoslovaquia.html>; <http://www.brasilecola.com/historiag/tchecoslovaquia.htm>

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - EDUCAÇÃO (LETRAS)**Questão 45 BRANCA – 53 VERDE – 51 AMARELA – Recurso Improcedente**

Para esta questão deve-se ter conhecimento da legislação de maneira a interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A questão exige isso e exige também que se conheça o tipo penal previsto no artigo 303 da referida lei e saiba diferenciá-lo de tipos penais análogos, mesmo que previstos em outros estatutos legais.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - PSICOLOGIA (AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA)**Questão 24 – Recurso Improcedente**

Trata-se de questão objetiva e que apresenta uma única alternativa correta, na questão em tela a alternativa D. Apresentada argumentação a partir de uma interpretação própria e não de acordo com os autores nos quais se baseia a questão, ou seja, Laplanche & Pontalis. A posição desses autores, na obra pesquisada (Vocabulário de Psicanálise, 8ª Ed. São Paulo : Martins Fontes, 1985, pag. 120 – 121) procura derrubar a tese de Malinovski, da não universalidade do Complexo de Édipo.

Questão 45 – Recurso Improcedente

Para esta questão deve-se ter conhecimento da legislação de maneira a interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A questão exige isso e exige também que se conheça o tipo penal previsto no artigo 303 da referida lei e saiba diferenciá-lo de tipos penais análogos, mesmo que previstos em outros estatutos legais.

CARGO: ASSESSOR TÉCNICO - PSICOLOGIA (ADMINISTRATIVA)**Questão 18 – Recurso Procedente - ANULADA**

Por padrão o WINDOWS EXPLORER não apresenta as opções de ordenação por Aplicativo, Data de criação e Autor, a referida questão deve ser anulada.

Questão 45 – Recurso Improcedente

Para esta questão deve-se ter conhecimento da legislação de maneira a interpretá-la como um todo, sabendo diferenciar os tipos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, daqueles constantes de outras leis. Conhecer o CTB é também saber diferenciá-lo de outras leis. A questão exige isso e exige também que se conheça o tipo penal previsto no artigo 303 da referida lei e saiba diferenciá-lo de tipos penais análogos, mesmo que previstos em outros estatutos legais.

Questão 47 – Recurso Improcedente

Há diferença entre medidas administrativas e penalidades. O artigo 256 do Código de Trânsito estabelece quais são as **penalidades** que podem ser aplicadas, a saber: advertência por escrito, multa, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo, cassação da CNH, cassação da Permissão para Dirigir e frequência obrigatória em curso de reciclagem. Já o artigo 269 indica quais são as **medidas administrativas** que podem ser aplicadas, a saber: retenção do veículo, remoção do veículo, recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação, recolhimento da Permissão para Dirigir, recolhimento do Certificado de Registro, recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, transbordo do excesso de carga, realização de teste de dosagem de alcoolemia ou perícia de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, recolhimento de animais que se encontrem soltos nas vias e na faixa de domínio das vias de circulação, restituindo-os aos seus proprietários, após o pagamento de multas e encargos devidos e realização de exame de aptidão física, mental, de legislação, de prática de primeiros socorros e de direção veicular. Tem razão a argumentação no sentido de que as medidas administrativas não elidem a aplicação das penalidades impostas, mas a interpretação está equivocada. O parágrafo 2º do referido artigo deve ser interpretado no sentido de que a aplicação das medidas administrativas não impede a aplicação das penalidades. Como explica ARNALDO RIZZARDO “*na verdade, nem precisaria que constasse esse dispositivo, eis que, se o Código discrimina e prevê penalidades e medidas administrativas, decore necessariamente sua incidência. De qualquer maneira, fica bem saliente que a aplicação de tais medidas não significa a isenção da penalidade estabelecida a infração...*”. Também explica que “as medidas administrativas não constituem sanções ou penalidades, mas providências exigidas para a regularização de situações anormais...” (in **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro**. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 698 e 700). A questão exigia que se soubesse diferenciar as medidas administrativas das penalidades.

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO - ADMINISTRATIVA

Questão 01 BRANCA – 09 VERDE – 05 AMARELA – Recurso Improcedente

A predominância é um evento que determina as características que por maior número de vezes podem ser identificadas em um texto. Portanto, predominar é estar acima de, à frente de, em destaque.

Descrição é o tipo de texto em que se relatam as características de uma pessoa, de um objeto ou de uma situação qualquer, inscritos num certo momento estático do tempo.

O texto descritivo não relata, como o narrativo, as transformações de estado que vão ocorrendo progressivamente com pessoas ou coisas, mas as propriedades e aspectos desses elementos num certo estado, considerado como se estivesse parado no tempo.

Como os fatos reproduzidos numa descrição são todos simultâneos, nesse tipo de texto não existe obviamente relação de anterioridade ou posterioridade entre os seus enunciados. Tanto isso é verdade que a disposição dos enunciados descritivos pode ser alterada sem que se corra o risco de mudar nenhuma sequência cronológica.

Nesses enunciados podem ocorrer verbos que exprimem ação, movimento, mas esses movimentos são sempre simultâneos, não indicando progressão de um estado anterior para outro posterior.

O fundamental na descrição é que não haja progressão temporal, isto é, que não se saia da relação de simultaneidade e que não se possa, portanto, considerar um enunciado anterior a outro. Já o texto argumentativo, o enunciador do texto manifesta explicitamente sua opinião ou seu julgamento, usando para isso conceitos abstratos. Na descrição, o enunciador, pelos aspectos que seleciona pela adjetivação escolhida e outros recursos, vai transmitindo uma imagem negativa ou positiva daquilo que descreve. (Platão e Fiorin – Para entender o texto- leitura e redação). Portanto, no texto em questão a predominância é de características descritivas.

Questão 02 BRANCA – 10 VERDE – 06 AMARELA – Recurso Improcedente

Linguisticamente falando, a comprovação da participação do narrador pode ser feita a partir dos seguintes elementos em cada uma das opções:

- A) “pareceu-nos” - uso do pronome oblíquo “nos”, 1ª pessoa do plural - O narrador fala de si e dos demais que estavam com ele.
- B) “podíamos” – uso da forma verbal na 1ª pessoa do plural –
- C) “parecendo-nos” – uso do pronome oblíquo “nos”, 1ª pessoa do plural –
- D) “pudemos” – uso da forma verbal na 1ª pessoa do plural –
- E) Não há comprovação da participação do narrador, tal informação poderia ter sido dada por uma terceira pessoa, o contexto permite-nos reconhecer a presença do narrador também neste evento, de constatação da qualidade da terra, porém o trecho em destaque não.

Questão 04 BRANCA – 12 VERDE – 08 AMARELA – Recurso Improcedente

Foi feita reanálise do conteúdo exigido na questão, não sendo encontrada qualquer contradição ou vício que a macule, ficando, portanto, reafirmado o gabarito oficial na forma em que foi divulgado, alternativa “C”.

Questão 07 BRANCA – 07 VERDE – 11 AMARELA – Recurso Improcedente

Observe o trecho “fazer balancê, de se remexerem dos lugares” Aqui há duas ações distintas: 1 – fazer balance; 2 – se remexerem dos lugares.

Desta forma, as coisas passadas fazem balancê (mexem com a gente, tendo em vista o contexto); e se remexem dos lugares (neste caso sim, fala-se do sujeito da ação, daí a justificativa para o uso do pronome reflexivo.)

A expressão “se remexerem dos lugares” não foi usada, neste trecho, no sentido denotativo, ou seja, no sentido literal. Seu uso conotativo foi empregado, que é quando a palavra ou expressão adquire um novo sentido de acordo com o contexto no qual está inserida.

Questão 08 BRANCA – 08 VERDE – 12 AMARELA – Recurso Improcedente

As argumentações não condizem com a questão identificada, neste sentido, foi feita reanálise do conteúdo exigido na questão, não sendo encontrada qualquer contradição ou vício que a macule, ficando, portanto, reafirmado o gabarito oficial na forma em que foi divulgado.

Questão 09 BRANCA – 03 VERDE – 01 AMARELA – Recurso Improcedente

O artigo “um” indefinido está diante do substantivo “desmoronamento”, portanto não estabelece nenhuma relação de tempo, já que “desmoronamento” não indica tal ideia.

Questão 10 BRANCA – 04 VERDE – 02 AMARELA – Recurso Improcedente

As conjunções adversativas exprimem essencialmente ressalva de pensamentos, ressalva essa que pode indicar ideia de oposição, retificação, restrição, compensação, advertência ou contraste: mas, porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto, não obstante, etc.

As conjunções finais (iniciam orações subordinadas que exprimem uma finalidade): para que, a fim de que, que (= para que), porque (raramente) e as locuções: de modo que, de forma que, de maneira que e de sorte que, equivalentes de para que. (Sacconi, Luiz Antonio. Nossa Gramática – Teoria e Prática) Permanece o gabarito como divulgado.

Questão 11 BRANCA – 01 VERDE – 03 AMARELA – Recurso Improcedente

De acordo com Faraco-Moura-Maruxo – Gramática os casos de uso facultativo da crase são:

“1 – diante de pronome possessivo feminino: Há um clima de otimismo quanto a (à) nossa capacidade de superar desafios.

2 – depois da preposição até: Nas rodovias, o movimento de descida para o litoral foi intenso até a (à) manhã de ontem.

3 – diante de nome próprio feminino: Não posso contar a (à) Rosalina tudo o que disseram a respeito do seu namorado.

Ainda, de acordo com Luiz Antonio Sacconi – Nossa Gramática Teoria e Prática:

4 – antes destes nomes próprios de lugar: Europa, Ásia, África, França, Inglaterra, Espanha, Holanda e Escócia: Fui a (à) Europa, mas não cheguei a ir a (à) África.”

Portanto não há registro quanto ao substantivo coletivo.

Questão 12 BRANCA – 02 VERDE – 04 AMARELA – Recurso Improcedente

Ao dizer que “...algumas expressões demonstram o posicionamento pessoal do leitor...” é importante ressaltar que é necessário que seja feita uma interpretação do texto considerando inclusive sua fonte “DOUGLAS JORGE (São Paulo, SP) www.folha.com.br – painel do leitor – 17/10/2010”. Tal informação aparece de forma clara ao final do texto transcrito. Além disso, a mesma informação está explícita anterior ao texto propriamente dito: “Painel do leitor (Carta do leitor)”. A carta do leitor é um tipo de texto veiculado geralmente em jornais e revistas que, por seu conteúdo, torna-se uma carta argumentativa, tais informações são suficientes para que a clareza do enunciado não seja comprometida.

A impressão pessoal do leitor que escreve a carta trata-se de informações que tratam especificamente do ponto de vista do mesmo. O fundo de uma mina de cobre e ouro não nos permite dizer que tal informação seria um ponto de vista do leitor/autor, sabemos que opinião, ponto de vista, posicionamento pessoal vai muito além de uma simples informação, como é o caso.

A impressão do leitor pode ser comprovada a partir de certas expressões que destacaremos a seguir:

- A) “maior espetáculo da Terra” – Tal expressão reflete uma adjetivação dada pelo leitor/autor.
- C) “não se pode esquecer” – É um ponto de vista do enunciador, para ele tal fato não deve ser esquecido.
- D) “enobrece” – A ação de enobrecer é vista pelo enunciador no contexto em que o evento se passa.
- E) “demonstrando coragem e desprendimento”- Para o enunciador havia sentimento de coragem e desprendimento, não são informações objetivas, mas impressões alcançadas pela subjetividade do leitor/autor.

Questão 15 BRANCA – 16 VERDE – 18 AMARELA – Recurso Procedente - ANULADA

A referida questão tem como premissa testar a interpretação de ícone da barra de ferramentas padrão do Microsoft Excel, possível constatar sua descrição ao posicionar o cursor do mouse no seu respectivo ícone da barra de ferramentas, como segue na figura copiada do aplicativo:



Por erro de impressão nos desenhos das provas ampliadas, ferindo a isonomia dos candidatos, esta questão deverá ser anulada.

Questão 16 BRANCA – 15 VERDE – 13 AMARELA – Recurso Improcedente

A presente questão apresenta a informação:

O Microsoft Outlook é um programa componente da instalação do Windows utilizado para gerenciar contas de correio eletrônico, controlando envio e recebimento de mensagens eletrônicas, entretanto, o programa componente nativo da instalação do windows é o Outlook Express.

O Microsoft Outlook é acessório opcional, não fazendo parte, portanto, do conjunto de ferramentas e programas da instalação padrão. Recurso improcedente.

Questão 19 BRANCA – 42 VERDE – 32 AMARELA – Recurso Improcedente

O tópico abordado pela questão é parte do conhecimento básico de arquivamento. Logo, faz parte do edital do concurso e não cabe anulação da mesma.

Ademais, como pode ser visto em Paes (1997), os exemplos citados em A, B, C e E fazem parte do contexto institucional. Somente a alternativa D diz respeito às entidades de natureza comercial. Portanto, somente a opção D pode ser gabarito da questão.

Fonte: PAES, M. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1997. pp. 21.

Questão 20 BRANCA – 41 VERDE – 31 AMARELA – Recurso Improcedente

Estoque é parte do entendimento de noções de administração de material. Nesse sentido, não há do que se falar em anulação da questão, pois o tema é básico e faz parte do edital do concurso. A redação da questão não menciona relação de causa e efeito entre possuir estoque e obter economia de escala.

Fonte: DAVIS, M.; AQUILANO, N.; CHASE, R. Fundamentos da administração da produção. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 469-470.

Questão 21 BRANCA – 40 VERDE – 33 AMARELA – Recurso Improcedente

Processo logístico é parte do entendimento de noções de administração de material. Nesse sentido, não há do que se falar em anulação da questão, pois o tema faz parte do edital do concurso.

Questão 22 BRANCA – 39 VERDE – 34 AMARELA – Recurso Improcedente

Como pode ser visto em Paes (1997), as alternativas I e II estão corretas. Contudo, o método geográfico faz parte dos métodos diretos. Logo, apenas as alternativas I e II estão corretas e, por isso, o gabarito da questão é a opção D.

Fonte: PAES, M. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1997. pp. 61 e 68.

Questão 23 BRANCA – 38 VERDE – 35 AMARELA – Recurso Improcedente

De acordo com Chiavenato (2008), os materiais são classificados em função do seu estágio no processo produtivo em: 1) Matérias-primas; 2) Materiais em processamento; 3) Materiais semi-acabados; 4) Materiais acabados ou componentes; e 5) Produtos acabados. Logo, a alternativa D é a única correta.

Fonte: CHIAVENATO, I. Administração para administradores e não-administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 121-122.

Questão 25 BRANCA – 36 VERDE – 37 AMARELA – Recurso Improcedente

Terminologia de arquivamento é um tema básico. Logo, o tema está inserido no edital do concurso. Portanto, não cabe anulação da questão.

Questão 26 BRANCA – 35 VERDE – 39 AMARELA – Recurso Improcedente

Recrutamento é um tema básico de administração de recursos humanos, sendo um ponto de desvantagem, pois o recrutamento interno desfavorece o processo de inovação nas organizações em virtude de menos idéias novas serem adotadas pela organização uma vez que menos pessoas de fora adentram ao rol de pessoal.

Fonte: CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 93.

Questão 27 BRANCA – 34 VERDE – 40 AMARELA – Recurso Improcedente

A aplicação de testes psicométricos ou de personalidade é uma atribuição da função de staff. As demais opções dizem respeito às atribuições das funções de linha.

Fonte: CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 109.

Questão 28 BRANCA – 31 VERDE – 38 AMARELA – Recurso Improcedente

O tema faz parte das noções de arquivamento e, dessa forma, está inserido no edital do concurso. Portanto, não cabe anulação da questão.

Questão 29 BRANCA – 33 VERDE – 41 AMARELA – Recurso Improcedente

De acordo com Chiavenato (2008), as cinco etapas do ciclo de compra são: 1) Análise das ordens de compra recebidas; 2) Pesquisa, identificação e seleção de fornecedores; 3) Negociação de cada ordem de compra com o fornecedor selecionado; 4) Acompanhamento do fornecimento e entrega da ordem de compra; e 5) Recebimento do material da ordem de compra. Logo, a alternativa A é a única incorreta.

Fonte: CHIAVENATO, I. Administração para administradores e não-administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 124

Questão 30 BRANCA – 32 VERDE – 42 AMARELA – Recurso Improcedente

De acordo com os estudos de Douglas McGregor, as alternativas A, B, D e E caracterizam a Teoria X (tradicional), enquanto a alternativa C apresenta uma característica da Teoria Y (moderna).

Além disso, motivação é um tema básico no contexto da administração de recursos humanos. Logo, faz parte, indubitavelmente, do edital do concurso.

Fonte: CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004. p. 119-121.

Questão 31 BRANCA – 30 VERDE – 19 AMARELA – Recurso Improcedente

O tema *coaching* está absolutamente inserido no campo da administração de recursos humanos. É um tema amplamente discutido, com vasta literatura e moderno. Sendo assim, o tema é contemplado pelo edital, não havendo o que se discutir pela sua anulação. Conforme Chiavenato (2002), as alternativas B, C, D e E caracterizam as organizações tradicionais, enquanto a alternativa A apresenta uma característica das organizações baseadas no *coaching*.

Fonte: CHIAVENATO, I. Construção de talentos: coaching & mentoring. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 57.

Questão 32 BRANCA – 29 VERDE – 20 AMARELA – Recurso Improcedente

Processo logístico é parte do entendimento de noções de administração de material. Nesse sentido, não há do que se falar em anulação da questão, pois o tema faz parte do edital do concurso. De acordo com Chiavenato (2008), o sistema de logística é composto de cadeia de fornecedores, unidade de manufatura e cadeia de consumidores, tornando a afirmativa II correta.

Fonte: CHIAVENATO, I. Administração para administradores e não-administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 126-127

Questão 33 BRANCA – 28 VERDE – 21 AMARELA – Recurso Improcedente

Segundo Chiavenato (2000), em equipes bem-sucedidas, a liderança é compartilhada entre os membros. Logo, a alternativa B não é uma característica das equipes bem-sucedidas.

Fonte: CHIAVENATO, I. Administração para administradores e não-administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 64

Questão 34 BRANCA – 27 VERDE – 22 AMARELA – Recurso Improcedente

A questão trata de risco financeiro, tema básico de noções de administração financeira e notadamente importante tanto para instituições privadas quanto para instituições públicas. Logo, enquadra-se no edital do concurso. Segundo Chiavenato (2008), a possibilidade de perda de recursos financeiros, a dependência da

estrutura das fontes de recursos, a dependência da remuneração do capital de terceiros e a incerteza de pagamentos de terceiros constituem características do risco financeiro. Porém, a incerteza do negócio é uma característica do risco econômico. Assim, a alternativa C é o gabarito da questão.

Fonte: CHIAVENATO, I. Administração para administradores e não-administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 186-188.

Questão 35 BRANCA – 26 VERDE – 25 AMARELA – Recurso Improcedente

De acordo com Chiavenato (2008), a rentabilidade máxima pode comprometer a liquidez das empresas. A maximização da rentabilidade e da liquidez concomitantemente não é possível. Assim, em vez de maximizar, a administração financeira busca a satisfação de ambos os objetivos.

Fonte: CHIAVENATO, I. Administração para administradores e não-administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 186-188.

Questão 36 BRANCA – 25 VERDE – 23 AMARELA – Recurso Improcedente

Segundo Chiavenato (2008), edificações e instalações constituem ativos não-circulantes, enquanto caixa, duplicatas a receber, estoques e títulos e valores mobiliários são entendidos como ativos circulantes. Assim, a alternativa E é o gabarito da questão.

Fonte: CHIAVENATO, I. Administração para administradores e não-administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 186-188.

Questão 37 BRANCA – 24 VERDE – 24 AMARELA – Recurso Improcedente

O conhecimento de métodos de análise de investimento é básico em administração financeira. A questão foi elaborada levando isso em consideração, além do próprio edital do concurso. Logo, não há o que se falar sobre anulação da questão.

Questão 38 BRANCA – 23 VERDE – 26 AMARELA – Recurso Improcedente

Segundo Chiavenato (2004), as alternativas B, C, D e E caracterizam a eficiência, enquanto a alternativa A é uma característica da eficácia.

Fonte: CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004. p. 40-41.

Questão 39 BRANCA – 22 VERDE – 27 AMARELA – Recurso Improcedente

O *mentoring*, assim como outros temas modernos de administração de recursos humanos, é amplamente discutido em diversas esferas. Seu conteúdo não é complexo e pode ser inserido facilmente no edital do concurso sob a rubrica Noção De Administração De Recursos Humanos. Conforme Chiavenato (2002), a importância da idade para a atividade do *mentoring* é um mito. Experiência e sabedoria são os aspectos que realmente importam, então é possível aprender com pessoas mais jovens com experiências ricas que possam ser compartilhadas e aproveitadas. Logo, a afirmativa II está incorreta.

Fonte: CHIAVENATO, I. Construção de talentos: coaching & mentoring. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 136-141.

Questão 40 BRANCA – 21 VERDE – 28 AMARELA – Recurso Improcedente

A alavancagem, de forma geral e conforme colocada na questão em discussão, é um entendimento básico de administração financeira. Nesse sentido, faz parte do edital do concurso. Conforme Lemes Junior, Cherobim e Rio (2002), a alavancagem é o uso de ativos operacionais e/ou de recursos financeiros, com custos e despesas fixas, visando aumentar o retorno dos acionistas. Constitui um instrumento de gestão financeira que pode trazer efeitos positivos ou negativos, logo a afirmativa I está correta. Em situações de crescimento das receitas e dos lucros, é favorável a existência de custos fixos, enquanto, em situações de queda, é desfavorável. Assim, a

afirmativa II está incorreta. A alavancagem operacional é o uso de ativos operacionais, com custos e despesas fixas, com o objetivo de aumentar os lucros antes de juros e imposto de renda. Esta não inclui os custos e as despesas financeiras decorrentes da estrutura de capital da organização. Tais custos e despesas financeiras são tratados pela alavancagem financeira. Logo, a afirmativa III está incorreta.

Fonte: LEMES JUNIOR, A. B.; CHEROBIM, A. P.; RIGO, C. M. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 80-84.

Questão 41 BRANCA – 20 VERDE – 29 AMARELA – Recurso Improcedente

Sistema de produção sob encomenda é parte do entendimento de noções de administração de material. Nesse sentido, não há do que se falar em anulação da questão, pois o tema faz parte do edital do concurso. De acordo com Chiavenato (2008), as alternativas A, C, D e E apresentam características do sistema de produção sob encomenda. Já a alternativa B apresenta uma característica do sistema de produção em lotes. Logo, a única afirmativa incorreta é a “B”.

Fonte: CHIAVENATO, I. Administração para administradores e não-administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 82-89.

Questão 42 BRANCA – 19 VERDE – 30 AMARELA – Recurso Improcedente

De acordo com os estudos de Douglas McGregor, as alternativas A, B, D e E caracterizam a Teoria X (tradicional), enquanto a alternativa C apresenta uma característica da Teoria Y (moderna).

Além disso, motivação é um tema básico no contexto da administração de recursos humanos. Logo, faz parte, indubitavelmente, do edital do concurso.

Fonte: CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano das organizações. São Paulo: Atlas, 2004. p. 119-121.

Questão 43 BRANCA – 54 VERDE – 48 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta.

No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar qual alternativa se apresenta incorreta com relação aos requisitos que o condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer.

Logo a afirmativa incorreta corresponde a alternativa “C”, conforme art. 138 do CTB.

O Gabarito indica como resposta correta a alternativa “C” da mesma forma que nos argumentos do candidato, não havendo razão pela qual o recurso foi interposto.

Questão 44 BRANCA – 53 VERDE – 49 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta.

No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar as afirmações e marcar “V” para verdadeiro e “F” para falso. São 4 (quatro) afirmativas, sendo que a afirmativa nº 1 é verdadeira, e encontra-se embasada no art. 159 *caput* do CTB, a afirmativa nº 2 é verdadeira e encontra-se embasada no art. 159 §5º do CTB, já a afirmativa nº 3 é falsa, porque contraria o art. 159 §5º do CTB, bem como a afirmativa nº 4 que também é falsa, porque contraria o art. 159 §10 do CTB. Logo a sequência correta é VVFF o que corresponde a alternativa “C”.

Questão 45 BRANCA – 50 VERDE – 50 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta.

No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar as afirmativas, e, encontrar, dentre elas, a incorreta.

A resposta correta é a alternativa “A”, porque contraria o art. 2º § único do CTB, como argumentação demonstrada, não havendo, portanto, razão para tal pleito.

Questão 47 BRANCA – 51 VERDE – 52 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta. No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar qual alternativa corresponde a forma correta de agir ao se aproximar de um cruzamento, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, logo a afirmativa correta corresponde a alternativa “B”, conforme art. 44 do CTB.

O Gabarito indica como resposta correta a alternativa “B”, como argumentação demonstrada, não havendo, portanto, razão para tal pleito.

Questão 48 BRANCA – 49 VERDE – 53 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta. No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar as afirmativas, e, encontrar, dentre elas, a incorreta.

A resposta correta é a alternativa “C”, porque contraria o art. 101 §2º do CTB, como argumentação demonstrada, não havendo, portanto, razão para tal pleito.

Questão 49 BRANCA – 48 VERDE – 54 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta. No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar 04 (quatro) afirmativas, e, logo após é determinado assinalar qual alternativa corresponde às afirmativas corretas, que correspondem a alternativa “D”, de modo que as afirmativas corretas são “I”, “II” e “IV”. Sendo que a alternativa questionada nº “IV” é correta, conforme art. 115 §6º do CTB.

Questão 51 BRANCA – 47 VERDE – 44 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta. No enunciado da questão é determinado ao candidato marcar a alternativa que corresponda a uma infração gravíssima, que se encontra na alternativa “E”, conforme art.162 II do CTB.

Questão 52 BRANCA – 46 VERDE – 45 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta. No enunciado da questão é fornecido ao candidato 04 (quatro) definições e conceitos utilizados pelo Código de Trânsito Brasileiro. Logo após é determinado ao candidato analisar e encontrar quais são as alternativas corretas, as quais se encontram elencadas na alternativa “D”.

Questão 53 BRANCA – 44 VERDE – 46 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta. No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar as afirmações e marcar “V” para verdadeiro e “F” para falso.

O recurso questiona tão somente a afirmativa nº 4, que é falsa, porque contraria o art. 252 inciso I do CTB, haja vista que a infração descrita é média e não gravíssima como diz a afirmativa. Logo a sequência correta é VFVF e corresponde a alternativa “D”.

Questão 54 BRANCA – 43 VERDE – 47 AMARELA – Recurso Improcedente

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta. No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar qual alternativa corresponde a forma correta com relação à condução de veículos de tração animal e da circulação de animais isolados ou em grupo nas vias, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

A afirmativa correta corresponde a alternativa “E”, conforme art. 53 II do CTB.

A alternativa “A” não pode ser considerada correta, como deseja o impetrante, porque contraria o Art. 52 que determina a condução de veículos de tração animal pela direita da pista e não pela esquerda como menciona a afirmativa, motivo pelo qual está INCORRETA.

Questão 55 BRANCA – 60 VERDE – 58 AMARELA – Recurso Improcedente

A questão trata dos acordos e tratados de cooperação econômica que vem sendo desenvolvidos pelas diversas nações a fim de se fortalecerem e/ou protegerem economicamente. Analisando a história da União Européia, expressa em seu site oficial (http://europa.eu/abc/history/1990-1999/index_pt.htm), torna-se esclarecedor o fato de que a União Europeia (o grupo) já existia desde a década de 1950 quando se efetivou o tratado de Roma. O que ocorre em 1992 em *Maastricht* é a ampliação das medidas e ações unificadoras e a mudança do nome desta união que já vinha se efetivando desde o término da II Guerra Mundial. Portanto, não se pode menosprezar um processo longo, estando restrito apenas as nomenclaturas. O que ocorreu em 1992 foi uma mudança do nome do bloco e não a sua criação, como fica bem claro nos textos retirados do site da União Européia:

“ 25 de Março de 1957 - Encorajados pelo êxito do [tratado sobre o carvão e o aço](#), os Seis alargam a sua cooperação a outros sectores económicos. Assinam o [Tratado de Roma](#), que cria a Comunidade Económica Europeia (CEE), ou "[mercado comum](#)", cujo objectivo é a livre circulação das pessoas, das mercadorias e dos serviços entre os Estados-Membros. 7 de Fevereiro de 1992 - Assinatura do [Tratado da União Europeia](#) em Maastricht. A CEE ultrapassa uma etapa importante ao estabelecer regras claras para a futura [moeda única](#), a [política externa e de segurança](#) e o reforço da cooperação em matéria de [justiça e de assuntos internos](#). A "Comunidade Europeia" é formalmente substituída pela "União Europeia".”

No que diz respeito a Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC – a afirmativa não exclua a Rússia como participante da Associação, apenas não a cita como exemplo, pois ao informar que este mercado era composto “por países da Ásia, América e Oceania”, a Banca exemplifica o nome de três países, sendo um de cada continente e deixa claro que se trata de uma citação apenas, e não a relação de todos os participantes, quando coloca na seguinte forma: “ como Japão, EUA e Austrália”.

Questão 57 BRANCA – 58 VERDE – 60 AMARELA – Recurso Improcedente

As afirmações contidas nos segundo e terceiro parênteses são verdadeiras e foram embasadas no Acordo Constitutivo da Organização Mundial de Comércio que se encontra disponível no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior onde em sua introdução encontra-se a seguinte afirmação: “Reconhecendo que as suas relações na esfera da atividade comercial e econômica devem objetivar a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e um volume considerável e em constante elevação de receitas reais e demanda efetiva, o aumento da produção e do comércio de bens e de Serviços, permitindo ao mesmo tempo a utilização ótima dos recursos mundiais em conformidade com o objetivo de um desenvolvimento sustentável (...) Desta forma, devemos considerar correta a terceira afirmativa, assim como a segunda, que se baseia no Artigo III que rege as funções da OMC e determina que: “A OMC facilitará a aplicação administração e funcionamento do presente Acordo e dos Acordos Comerciais Multilaterais e promoverá a consecução de seus objetivos e constituirá também o quadro jurídico para a aplicação, administração e funcionamento dos Acordos Comerciais Plurilaterais.” Tais informações podem ser conferidas no site oficial do MDIC, como também atestadas em outros sites voltados à educação apresentados abaixo:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=367&refr=366>

“A elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a proteção do meio ambiente, o uso ótimo dos recursos naturais em níveis sustentáveis e a necessidade de realizar esforços positivos para assegurar uma participação mais efetiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional constituem os objetivos primordiais da OMC, conforme exposto em sua carta constitutiva.

Esse organismo tem como atribuição administrar a implantação e operação de acordos comerciais multilaterais que moldam o novo sistema de comércio internacional; servir de foro para as negociações multilaterais; administrar todo um sistema de regras e procedimentos relativos à solução de controvérsias; administrar o

mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais (Trade Policy Review Mechanism) o qual através de revisões periódicas das políticas de comércio exterior dos membros busca dar transparência ao sistema multilateral de comércio.”

<http://www.universia.com.br/preuniversitario/materia.jsp?materia=4101>

A Organização Mundial do **Comércio** (OMC) é um órgão internacional que define as regras para o comércio multilateral e plurilateral entre os países.

A OMC surgiu com as atribuições de gerenciar os acordos multilaterais e plurilaterais de comércio sobre serviços, bens e direitos de propriedade intelectual comercial, além de servir de fórum para a resolução das diferenças comerciais e para as negociações sobre novas questões. Ficou estabelecido, também, que a OMC supervisionaria as políticas comerciais dos países e trabalharia junto ao Banco Mundial e ao FMI (Fundo Monetário Internacional) na adoção de políticas econômicas em nível mundial.

A OMC é regida por cinco princípios que devem ser seguidos pelos seus membros: o princípio da “não discriminação” garante tratamento igual a todos os membros no que se refere aos privilégios comerciais e aos produtos importados e **nacionais**, os quais não podem ter privilégios em detrimento dos importados; o segundo princípio é o da “previsibilidade” de normas e do acesso aos mercados através da consolidação dos compromissos tarifários para bens e das listas de ofertas em serviços; o princípio da “concorrência leal” que visa coibir práticas desleais de comércio (exemplo, dumping e anti-dumping); o princípio da “proibição de restrições quantitativas” como proibições e quotas permitindo apenas as quotas tarifárias desde que previstas nas listas de compromissos dos países; e o princípio do “tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento”.

<http://www.infoescola.com/geografia/organizacao-mundial-do-comercio-omc/>

Questão 59 BRANCA – 55 VERDE – 56 AMARELA – Recurso Improcedente

Não há na afirmativa I nenhuma palavra ou termo que restrinja a apenas aos itens apontados a soma do Produto Interno Bruto. A afirmativa diz que “O PIB (Produto Interno Bruto) é a soma das riquezas produzidas por um país, levando em consideração a indústria, a agropecuária e os serviços.” Não há nenhuma incorreção na afirmação, ou seja, ela encontra-se correta, pois a indústria, a agropecuária e os serviços são levados em consideração na soma das riquezas produzidas por um país, assim como é correto afirmar que o PIB é a soma das riquezas produzidas por um país. Desta forma, a afirmativa está correta e aceitaria ainda complementações, no entanto, a ausência destas não a compromete já que não há nenhum termo restritivo aos itens apresentados. Assim, desta forma, encontra-se também a afirmativa II que trata de uma possibilidade de análise do PIB. Da mesma forma que na afirmativa I, nesta não há restrição, mas sim uma afirmação verdadeira que pode ser complementada sem, no entanto, descaracterizar a correção de seu conteúdo.

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO – TÉCNICA (CONSTRUÇÃO CIVIL)

Questão 31 – Recurso Improcedente

O questionamento foi: “Com base nas informações (evidentemente acerca do que se encontra no desenho), pode-se concluir **como correto**, EXCETO”:

Assim, se analisado atentamente o desenho se verificará que neste, à exceção da afirmativa “E”, todas as demais se apresentam claramente explícitas para uma conclusão óbvia e fundada, como já afirmado no argumento do candidato.

Enquanto que a afirmativa que *Após a rua “C”, a rua “B” é um declive, (Letra E)* observa-se no desenho: Apenas 1 cota na rua “B”, após a rua “C”; sequer demonstra a continuidade da rua “B”, a cota (anterior na rua “B”,) se encontra antes do cruzamento desta com a Rua “C” e não há cotas no cruzamento da rua “B”,) com a rua “C”.

Portanto: Não havendo qualquer representação no desenho como o mínimo de 2 cotas da rua “B” após a rua “C” ou nesta ultima, não se pode, com base neste, **afirmar como correto** que {a Rua “B” **após** a rua “C” é um declive} (onde se entende que é toda a continuidade da Rua “B”).

Na falta de informação da Rua “B” para o trecho após a Rua “C”, se constata que sua continuidade poderia inclusive, estar nivelada **após** ou partir da sarjeta da Rua “C”.

Questão 42 – Recurso Procedente – ALTERARA GABARITO LETRA “E”

Com base nos dados constantes na questão temos:

RESOLUÇÃO CLÁSSICA

Área da pintura m ²	x	nº de demãos	=	Área total de pintura m ²	=>	Área total de pintura m ²	/	(Referencia consumo p/m ²)	x	Consumo tinta p/m ² . litros	=	Quantidade de tinta em volume	Resposta em nº. de baldes de 18 litros
400		2		800		800	/	(1)	x	0,125		100,0 litros	
				1 balde = 18 litros		100	/	18						5,5 baldes	

Apresentada a referencia de consumo na unidade (1m²) foi facilitada a conta e sua resolução através de regra de tres composta

1	=>	1	=>	125							
2	=>	400	=>	"X"							
Onde:	"X"	=	2	x	400	x	125	/	1	=	100.000 mililitros
							100	/	18		5,5 baldes

Transformando em litros e dividindo por 18litros do balde:

Portanto, a resposta correta seria 5,5 baldes ou Letra “E” e não Letra “D”.

CARGO: ANALISTA DE SUPORTE - INFORMÁTICA

Questão 14 BRANCA – 17 VERDE – 16 AMARELA – Recurso Improcedente

A referida questão é uma questão de análise prática que pode ser comprovada com aplicação da fórmula e valores no Microsoft Excel (versão 2003 – configuração padrão).

Questão 32 BRANCA – 29 VERDE – 21 AMARELA – Recurso Improcedente

A questão argumenta sobre qual característica **não se aplica** ao recurso de cópias Shadow. Uma das características que se aplica as cópias Shadows é que **não** devem ser usadas como backup. A letra D então faz

parte das definições deste tipo de recurso. Ou seja, não é a resposta correta para a questão, que deseja saber qual das opções **não** faz parte das características de cópias Shadow. No entanto a letra B indica uma característica que não faz parte do recurso de cópias Shadow. A resposta correta é a letra B conforme o gabarito. A questão está correta.

<http://technet.microsoft.com/en-us/library/cc771305.aspx> , procurar em “Additional considerations”, nono item.

Questão 37 BRANCA – 24 VERDE – 26 AMARELA – Recurso Procedente – ANULADA

O enunciado da questão apresenta-se demasiadamente direto, não especificando ao candidato a respeito dos componentes de tal programa, Sistema Operacional. Portanto, o enunciado encontra-se inconsistente motivando a anulação da questão.

Questão 41 BRANCA – 20 VERDE – 30 AMARELA – Recurso Procedente – ANULADA

A questão deve ser anulada, pois o enunciado está incorreto. Em vez da palavra “Apresentação”, devemos ter a palavra “Aplicação”.

CARGO: ELETRICISTA / PROGRAMADOR - TÉCNICA

Questão 38 – Recurso Improcedente

A questão trata-se de pura aplicação de equações básicas de circuitos elétricos que definem capacitância, carga e energia armazenada em um capacitor. De acordo com a resolução abaixo a resposta é a letra D. O candidato não apresentou argumentos palpáveis, portanto, o seu recurso é indeferido!

A resposta correta é a letra D.

— — — —

Bibliografia: EDMINISTER, Joseph A. Circuitos Elétricos. 2. ed. Bookman, 2005;

Questão 39 – Recurso Improcedente

O recurso se referiu à tensão rms da carga (resistor), entretanto, a questão pediu a tensão rms de entrada V_i , ou seja, aplicada à ponte retificadora e para tal a solução é:

A resposta correta é a letra D.

— — — —
= =

Bibliografia: MALVINO, Albert Paul. Eletrônica. 4. ed. Makron Books, 1995. v. 1.

CARGO: PROGRAMADOR - INFORMÁTICA

Questão 15 – Recurso Procedente – QUESTÃO ANULADA

A referida questão tem como premissa testar a interpretação de ícone da barra de ferramentas padrão do Microsoft Excel, possível constatar sua descrição ao posicionar o cursor do mouse no seu respectivo ícone da barra de ferramentas, como segue na figura copiada do aplicativo:



Por erro de impressão nos desenhos das provas ampliadas, ferindo a isonomia dos candidatos, esta questão deverá ser anulada.

Questão 26 – Recurso Procedente – QUESTÃO ALTERADA PARA “B”

Devido a erro de digitação do gabarito preliminar das provas, fica alterado o gabarito da questão para a alternativa “B”

Questão 30 – Recurso Procedente – QUESTÃO ALTERADA PARA “B”

Devido a erro de digitação do gabarito preliminar das provas, fica alterado o gabarito da questão para a alternativa “B”

Questão 39 – Recurso Improcedente

Pode-se observar no enunciado da questão que fora solicitado assinalar a opção que continha as três classes pertencentes aos processos que envolvem o ciclo de vida do software. As referidas três classes foram citadas no texto do referido recurso o que ratifica que somente existe uma opção correta na questão.

CARGO: VISTORIADOR / EMPLACADOR – INSPEÇÃO VEICULAR

Questão 15 BRANCA – 16 VERDE – 18 AMARELA – Recurso Procedente – QUESTÃO ANULADA

A referida questão tem como premissa testar a interpretação de ícone da barra de ferramentas padrão do Microsoft Excel, possível constatar sua descrição ao posicionar o cursor do mouse no seu respectivo ícone da barra de ferramentas, como segue na figura copiada do aplicativo:



Por erro de impressão nos desenhos das provas ampliadas, ferindo a isonomia dos candidatos, esta questão deverá ser anulada.

Questão 16 BRANCA – 15 VERDE – 13 AMARELA – Recurso Improcedente

A presente questão tem como premissa testar o conhecimento de particularidades de uso do sistema Operacional Windows XP Professional, que tem como seu componente nativo de instalação o aplicativo gerenciador de correio o Outlook Express que é a versão Simplificada do Outlook componente do Microsoft Office.

Microsoft Outlook é um cliente de e-mail, integrante do Microsoft Office. Diferentemente do Outlook Express, que é usado basicamente para receber e enviar e-mail, o Microsoft Outlook além das funções de e-mail, ele é um calendário completo, onde você pode agendar seus compromissos diários, semanais e mensais.

Mais informações poderão ser acessadas na página de suporte do Microsoft Office.

<http://office.microsoft.com/pt-br/outlook-help/ajuda-e-instrucoes-do-outlook-FX010064719.aspx?CTT=97>

Questão 24 BRANCA – 37 VERDE – 38 AMARELA – Recurso Improcedente

O Edital do Concurso do DETRAN/RN apresenta um Anexo com o conteúdo programático para o cargo de Inspeção Veicular que contém como um de seus itens, INFRAÇÕES, PENALIDADES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS ficando pois, mantido o gabarito original.

Questão 27 BRANCA – 35 VERDE – 40 AMARELA – Recurso Improcedente

Esta questão encontra-se em acordo com a Resolução do CONTRAN nº 355/2010 em seu art. 2º.

“Art. 2º Definir como cor predominante dos veículos de carga aquela vinculada às suas partes fixas – a cabine, no caso do caminhão, a estrutura fixa, no caso dos reboques e dos semi-reboques – constantes do cadastro no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM e nos respectivos Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRV, não se considerando a cor da lona ou encerado de fechamento lateral.”

Questão 28 BRANCA – 33 VERDE – 42 AMARELA – Recurso Improcedente

O Edital do Concurso do DETRAN/RN apresenta um Anexo com o conteúdo programático para o cargo de Inspeção Veicular que contém como um de seus itens TERMO E APREENSÃO DE VEÍCULOS e LICENCIAMENTO, ficando pois, mantido o gabarito original.

Questão 31 BRANCA – 30 VERDE – 21 AMARELA – Recurso Improcedente

A questão solicita que se verifique em quais das alternativas todos os equipamentos são de uso obrigatório nos veículos descritos, estando perfeitamente de acordo com o Edital do concurso.

Questão 33 BRANCA – 28 VERDE – 23 AMARELA – Recurso Procedente – ALTERAR “D”

Em virtude de erro material na divulgação do gabarito preliminar das provas, fica o mesmo alterado para a alternativa “D”, conforme o art. 24, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

Questão 34 BRANCA – 27 VERDE – 24 AMARELA – Recurso Procedente – ALTERAR “A”

Devido a erro de digitação no gabarito preliminar das provas, fica alterada a resposta correta da questão para a alternativa **A**, considerando que os territórios federais não são entes federativos, conforme mencionado no enunciado da questão, assim como o Distrito Federal não pode ser dividido em municípios, conforme expressa vedação do art. 32, *caput*, da CRFB/88.

Questão 36 BRANCA – 25 VERDE – 26 AMARELA – Recurso Improcedente

A questão guerreada aborda assunto inerente à Constituição da República, exigindo conhecimentos do candidatos amplamente conhecidos na seara do Direito Constitucional. Note-se, outrossim, que a redação do conteúdo programático das provas não restringe, em momento, algum que os estudos sejam com base unicamente na letra da lei, sendo plenamente possível a abordagem de conceitos doutrinários sobre os assuntos nele relacionados.

Questão 43 BRANCA – 54 VERDE – 48 AMARELA – Recurso Prejudicado

Trata-se de questão de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas possíveis, das quais apenas uma é correta. No enunciado da questão é determinado ao candidato analisar qual alternativa se apresenta incorreta, em relação aos requisitos necessários à condução de escolares, logo a afirmativa incorreta corresponde a alternativa “C”, já que não esta de acordo com Art. 138 do CTB.

Questão 57 BRANCA – 58 VERDE – 60 AMARELA – Recurso Improcedente

As afirmações contidas nos segundo e terceiro parênteses são verdadeiras e foram embasadas no Acordo Constitutivo da Organização Mundial de Comércio que se encontra disponível no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior onde em sua introdução encontra-se a seguinte afirmação: “Reconhecendo que as suas relações na esfera da atividade comercial e econômica devem objetivar a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e um volume considerável e em constante elevação de receitas reais e demanda efetiva, o aumento da produção e do comércio de bens e de Serviços, permitindo ao mesmo tempo a utilização ótima dos recursos mundiais em conformidade com o objetivo de um desenvolvimento sustentável (...) Desta forma, devemos considerar correta a terceira afirmativa, assim como a segunda, que se baseia no Artigo III que rege as funções da OMC e determina que: “A OMC facilitará a aplicação administração e funcionamento do presente Acordo e dos Acordos Comerciais Multilaterais e promoverá a consecução de seus objetivos e constituirá também o quadro jurídico para a aplicação, administração e funcionamento dos Acordos Comerciais Plurilaterais.” Tais informações podem ser conferidas no site oficial do MDIC, como também atestadas em outros sites voltados à educação apresentados abaixo:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=367&refr=366>

“A elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a proteção do meio ambiente, o uso ótimo dos recursos naturais em níveis sustentáveis e a necessidade de realizar esforços positivos para assegurar uma participação mais efetiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional constituem os objetivos primordiais da OMC, conforme exposto em sua carta constitutiva.

Esse organismo tem como atribuição administrar a implantação e operação de acordos comerciais multilaterais que moldam o novo sistema de comércio internacional; servir de foro para as negociações multilaterais; administrar todo um sistema de regras e procedimentos relativos à solução de controvérsias; administrar o mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais (Trade Policy Review Mechanism) o qual através de revisões periódicas das políticas de comércio exterior dos membros busca dar transparência ao sistema multilateral de comércio.”

<http://www.universia.com.br/preuniversitario/materia.jsp?materia=4101>

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é um órgão internacional que define as regras para o comércio multilateral e plurilateral entre os países.

A OMC surgiu com as atribuições de gerenciar os acordos multilaterais e plurilaterais de comércio sobre serviços, bens e direitos de propriedade intelectual comercial, além de servir de fórum para a resolução das diferenças comerciais e para as negociações sobre novas questões. Ficou estabelecido, também, que a OMC supervisionaria as políticas comerciais dos países e trabalharia junto ao Banco Mundial e ao FMI (Fundo Monetário Internacional) na adoção de políticas econômicas em nível mundial.

A OMC é regida por cinco princípios que devem ser seguidos pelos seus membros: o princípio da “não discriminação” garante tratamento igual a todos os membros no que se refere aos privilégios comerciais e aos produtos importados e nacionais, os quais não podem ter privilégios em detrimento dos importados; o segundo princípio é o da “previsibilidade” de normas e do acesso aos mercados através da consolidação dos compromissos tarifários para bens e das listas de ofertas em serviços; o princípio da “concorrência leal” que visa coibir práticas desleais de comércio (exemplo, dumping e anti-dumping); o princípio da “proibição de restrições quantitativas” como proibições e quotas permitindo apenas as quotas tarifárias desde que previstas nas listas de compromissos dos países; e o princípio do “tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento”. <http://www.infoescola.com/geografia/organizacao-mundial-do-comercio-omc/>

Questão 59 BRANCA – 55 VERDE – 56 AMARELA – Recurso Improcedente

Não há na afirmativa I nenhuma palavra ou termo que restrinja a apenas aos itens apontados a soma do Produto Interno Bruto. A afirmativa diz que “O PIB (Produto Interno Bruto) é a soma das riquezas produzidas por um país, levando em consideração a indústria, a agropecuária e os serviços.” Não há nenhuma incorreção na afirmação, ou seja, ela encontra-se correta, pois a indústria, a agropecuária e os serviços são levados em consideração na soma das riquezas produzidas por um país, assim como é correto afirmar que o PIB é a soma das riquezas produzidas por um país. Desta forma, a afirmativa está correta e aceitaria ainda complementações, no entanto, a ausência destas não a compromete já que não há nenhum termo restritivo aos itens apresentados. Assim, desta forma, encontra-se também a afirmativa II que trata de uma possibilidade de análise do PIB. Da mesma forma que na afirmativa I, nesta não há restrição, mas sim uma afirmação verdadeira que pode ser complementada sem, no entanto, descaracterizar a correção de seu conteúdo. Vale ressaltar que a questão tão tem a ambição de aprofundar conceitos ou informações sobre o Produto Interno Bruto, mas verificar se há, por parte do candidato, noção de suas prerrogativas básicas.

As informações apresentadas na questão estão embasadas em vários sites educativos e de comunicação, como:

http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pib.htm

<http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/06/10/ult5365u36.jhtm>

http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/pib/produto-interno-bruto-pib.shtml

<http://noticias.r7.com/economia/noticias/saiba-o-que-e-pib-e-o-que-ele-significa-na-sua-vida-20091210.html>

CARGO: VISTORIADOR / EMPLACADOR – EMPLACAMENTO DE VEÍCULOS**Questão 01 BRANCA – 12 VERDE – 08 AMARELA – Recurso Improcedente**

O enunciado da questão pede que se aponte o que não se pode dizer com relação ao texto. As alternativas A, B, C e D trazem informações que estão em conformidade com o texto. Somente a alternativa E registra uma informação diferente da encontrada no texto, pois afirma que *alguns pássaros que chegam a desenvolver cauda e braços são destruídos por causa da atuação de alguns genes antes mesmo que o ovo seja chocado*. Segundo o texto, não são os pássaros que são destruídos. Podemos comprovar isso em: “*Se você pudesse olhar dentro de um ovo enquanto um pássaro se forma, veria que o bicho até chega a desenvolver cauda e braços. Essas estruturas, no entanto, acabam se desintegrando com a atuação de alguns genes, antes que o ovo seja chocado*”. O que se desintegra graças à ação de alguns genes são “*essas estruturas*”, uma expressão que, no texto substitui “*cauda e braços*”. Com relação à letra A, devemos enfatizar que ela traz uma informação que condiz com o texto. Pedimos que observe(m) o trecho “*É possível que um ou mais deles (referindo-se aos dinossauros) voltem a viver no planeta um dia*”(1.º parágrafo). Dizer isso é o mesmo que dizer o que se encontra na referida alternativa: não é impossível que voltemos a ter um deles na terra, ou seja, é possível que...

Questão 07 BRANCA – 06 VERDE – 01 AMARELA – Recurso Improcedente

A alternativa correta é a D, conforme informou o gabarito oficial. As alternativas A, B, C e E apontam substituições que poderiam ser feitas com relação aos trechos mencionados, pois não causariam modificação de informações originais. Já na letra D, a substituição de “Mas” por “Além disso” altera a informação dada, pois a ideia de adversidade contida em “Mas”, não se mantém ao se usar “Além disso”.

Questão 08 BRANCA – 05 VERDE – 02 AMARELA – Recurso Improcedente

A alternativa correta é a A, conforme informou o gabarito oficial.

Em “Quando”, “Segundo” e “tão ... quanto”, temos, respectivamente, indicação de tempo, conformidade e comparação.

Questão 14 BRANCA – 17 VERDE – 16 AMARELA – Recurso Improcedente

A função específica de gerenciamento de contas de correio eletrônico pode ser acessada no site oficial do aplicativo: <http://br.mozdev.org/thunderbird/contas>

Questão 15 BRANCA – 16 VERDE – 17 AMARELA – Recurso Improcedente

A referida trata de fundamentos básicos de interpretação de extensões de arquivos em sistemas operacionais Windows, pertinentes ao conteúdo programático do concurso.

Questão 20 BRANCA – 41 VERDE – 32 AMARELA – Recurso Procedente - ALTERAR “D”

Devido a erro de digitação do gabarito preliminar das provas, fica alterado o gabarito para alternativa “D”

Questão 22 BRANCA – 39 VERDE – 34 AMARELA – Recurso Improcedente

Visto que a Art. 1º discrimina que os veículos em questão serão emplacados e licenciados em CONFORMIDADE com o RENAVAM, contudo na mesma resolução (Resolução do CONTRAN nº 286) no seu art. 2º, diz que:

“O registro do veículo, a expedição do Certificado de Registro e a designação da combinação alfanumérica da placa de identificação serão realizadas pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal mediante a apresentação de autorização expedida pelo Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores”.

Sendo assim, o órgão responsável pelo registro do veículo, a expedição do Certificado de Registro e a designação da combinação alfanumérica da placa de identificação, dos veículos automotores pertencentes às Missões Diplomáticas, que estiverem no estado do Rio Grande do Norte é o DETRAN/RN, opção C.

Questão 25 BRANCA – 36 VERDE – 37 AMARELA – Recurso Improcedente

Visto que a Resolução do CONTRAN nº127/2001, altera a redação do art. 1º da resolução nº56 , alterando de 20 para 30 anos

“Art. 1º O inciso I do artigo 1º da Resolução nº 56, de 21 de maio de 1998 - CONTRAN, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.....

I - ter sido fabricado há mais de trinta anos.”

Questão 26 BRANCA – 35 VERDE – 38 AMARELA – Recurso Improcedente

A questão 35 trata na verdade da resolução do CONTRAN nº 309/2009, e está ligada a inspeção técnica de veículos, quanto à questão de emplacamentos, o que está prevista no edital:

“Veículos: classificação, características, identificação, segurança veicular, vistoria e inspeção técnica de veículos, peso e dimensões.”

Questão 28 BRANCA – 33 VERDE – 40 AMARELA – Recurso Improcedente

A resolução vigente é a Resolução nº 347/2010, que em seu art. 1º altera a carga horária para 20 horas/aula.

“Art. 1º O artigo 13 da Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O candidato à obtenção da ACC, da CNH, adição ou mudança de categoria, somente poderá prestar exame de Prática de Direção Veicular depois de cumprida a seguinte carga horária de aulas práticas:

I – obtenção da ACC: mínimo de 20 (vinte) horas/aula;

II – obtenção da CNH: mínimo de 20 (vinte) horas/aula por categoria pretendida;

III – adição de categoria: mínimo de 15 (quinze) horas/aula em veículo da categoria na qual esteja sendo adicionada;

IV – mudança de categoria: mínimo de 15 (quinze) horas/aula em veículo da categoria para a qual esteja mudando.

Parágrafo único. Deverão ser observados, em todos os casos, 20% (vinte por cento) da carga horária cursada para a prática de direção veicular no período noturno.”

Questão 30 BRANCA – 31 VERDE – 42 AMARELA – Recurso Improcedente

A palavra no plural, não altera o entendimento da questão estando em concordância com o sujeito da frase. Padrões de placas estabelecidos pela Resolução do CONTRAN nº 241/2007.

Questão 31 BRANCA – 30 VERDE – 19 AMARELA – Recurso Improcedente

Visto que a questão solicitava a alternativa INCORRETA, sendo assim a opção D, que esta correta no gabarito. Conforme a Resolução nº 231/2007, art. 1º Inc IV, alíneas a à f., Estando incorreto na alternativa D, a sequência AMD que deveria ser ADM. Por isso, a alternativa do gabarito está correta.

Questão 34 BRANCA – 27 VERDE – 22 AMARELA – Recurso Procedente - ANULADA

Questão ANULADA, em virtude de erro material no enunciado da questão.

Questão 36 BRANCA – 25 VERDE – 24 AMARELA – Recurso Procedente - ANULADA

Questão ANULADA, por existirem duas alternativas corretas possíveis para o solicitado no enunciado.

Questão 38 BRANCA – 23 VERDE – 26 AMARELA – Recurso Improcedente

Não procedem os argumentos recursais. O fato de uma alternativa não transcrever *ipsis litteris* o texto de dispositivo constitucional, não significa que se encontra incorreta ou incompleta. No caso, ambas as alternativas que referenciam o inciso I do art. 19 da CRFB/88 representam vedações à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não havendo que se falar em erro na formulação da questão em comento. Fica mantido, pois, o gabarito da questão na forma em que foi preliminarmente divulgado.

Questão 40 BRANCA – 21 VERDE – 28 AMARELA – Recurso Procedente – ALTERAR LETRA “A”

Procedem os argumentos, ficando alterada a resposta correta da questão para a alternativa “A”, considerando que a sentença “A superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual sobre o mesmo assunto, permanecendo esta em pleno vigor” é verdadeira, uma vez que a eficácia somente será suspensa quando a lei federal superveniente possuir disposições CONTRÁRIAS com relação à lei estadual, o que não foi especificado na assertiva.

Questão 44 BRANCA – 53 VERDE – 50 AMARELA – Recurso Procedente - ANULADA

Com efeito, as alternativa “a”, “b”, “d” e “e” estão de acordo com os incisos do art. 139-A do Código de Trânsito Brasileiro. Apenas a alternativa “c” está equivocada. Evidentemente a questão se destinava a pedir a alternativa INCORRETA, mas esta palavra não constou da questão, de modo que quatro alternativas eram corretas. Impõe-se, portanto, a anulação.

Questão 48 BRANCA – 49 VERDE – 54 AMARELA – Recurso Improcedente

Já não existe a figura do Ministro do Exército, sendo substituído pelo Ministro da Defesa. Ocorre que não houve alteração formal no Código de Trânsito Brasileiro. Inobstante o CONTRAN hoje ser formado por um representante do Ministério da Defesa, este sucedeu ao do Exército, não impedindo o candidato de compreender a questão, especialmente porque não houve alteração no CTB.

Questão 50 BRANCA – 48 VERDE – 44 AMARELA – Recurso Procedente - ANULADA

As alternativas “C” e “D” estão em desacordo com o art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro. A primeira porque a lei não se refere a ano do veículo e a segunda porque o equipamento obrigatório da bicicleta é o retrovisor do lado esquerdo e não do lado direito, como consta da questão.

Questão 52 BRANCA – 46 VERDE – 46 AMARELA – Recurso Improcedente

A afirmativa “A” está em desacordo com o §2º do artigo 68 do Código de Trânsito Brasileiro. Com efeito, no que toca às áreas não há qualquer menção no sentido de que a circulação de ciclistas seja em sentido contrário ao deslocamento de veículos. A exigência só existe no que se refere às vias rurais, enquanto a afirmativa trata das vias rurais. Quanto ao argumento de que a afirmativa “E” também está incorreta, compreendo que sem razão os recorrentes. Com a devida vênia, a afirmativa deixa claro que deverão ser respeitadas as disposições do Código, não havendo qualquer incompatibilidade com o art. 214.

Questão 53 BRANCA – 45 VERDE – 47 AMARELA – Recurso Improcedente

A afirmativa “B” está em desacordo com o parágrafo único do art. 94 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), enquanto as outras alternativas estão de acordo com os artigos 91, 93, 94 e 95 do mesmo *codex*. A regra, portanto é que é proibida a utilização das ondulações transversais e de sonorizadores como redutores de velocidade. Só como exceção são admitidos (RIZZARDO, ARNALDO. **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro**. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 281-282).

Questão 54 BRANCA – 43 VERDE – 48 AMARELA – Recurso Improcedente

A afirmativa “D” reproduz o artigo 132 do Código de Trânsito. Como explica ARNALDO RIZZARDO “*a regra é bastante simples: dispensa-se o licenciamento aos veículos que saem de fábrica e aos que chegam aos portos ou alfândegas e entrepostos alfandegários, até o Município de destino. Nem o registro se realiza antes; com mais razão o licenciamento*” (in **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro**. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 405). Além disso, as alternativa “C” se refere claramente à hipótese de transferência de propriedade, de modo a se amoldar, ao §1º do art. 123. Já a afirmativa “E” contém um equívoco, já que o 134 do Código de Trânsito Brasileiro trata de responsabilidade solidária, enquanto a afirmativa cuida de responsabilidade subsidiária. A primeira permite que as penalidades sejam impostas ao atual proprietário ou antigo. Se fosse subsidiária, seria necessária exigir primeiramente do atual proprietário e, apenas no caso de sua inadimplência o anterior não seria atingido. Por fim, vale frisar que a as alternativas “A” a “B” se adéquam perfeitamente aos artigos 120, 123 e 132 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), não havendo que se falar em incompatibilidade entre os artigos, que devem ser interpretados como pertencentes a um Código.

Questão 55 BRANCA – 60 VERDE – 59 AMARELA – Recurso Procedente - ANULADA

Embora esteja totalmente baseada em bibliografias geográficas brasileiras, a questão depara-se com um equívoco devido a desatualização de dados que acarretaram na afirmativa de que o Pico da Neblina possuía mais de 3 mil metros de altitude, quando em nova medição do IBGE, realizada em 2004, constatou-se que a montanha não chega aos 3 mil metros de altitude (2.993, 78 metros). Desta forma, a questão passa a ter duas afirmativas incorretas e, por isso, deve ser anulada.

Questão 58 BRANCA – 57 VERDE – 56 AMARELA – Recurso Improcedente

A questão não tinha o objetivo, e isto está claro em seu enunciado, de solicitar que o candidato marcasse uma alternativa que congregasse o nome de todos os estados que abrangem o Aquífero Guarani, inclusive, ao solicitar a marcação de uma alternativa que informasse nomes de estados abrangidos pelo Aquífero, está claro que são alguns dos estados, quando se diz “entre outros, como se pode ver a seguir: “*O Aquífero Guarani,*

considerado um dos mais importantes reservatórios naturais de água doce do planeta, está aproximadamente com 70% de localização em território brasileiro, abrangendo, entre outros, os seguintes estados:”

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, deferidos ou indeferidos, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencados.

Publique-se,

Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 22 de dezembro de 2010.

FUNGAÇÃO GETULIO VARGAS